



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCEL SAAB RODRIGUES MANAIA

**NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI NOS DISTRITOS DE WARTA E PAIQUERÊ, LONDRINA-
PR**

Londrina
2013

MARCEL SAAB RODRIGUES MANAIA

**NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI NOS DISTRITOS DE WARTA E PAIQUERÊ, LONDRINA-
PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Braguetto

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M266n Manaia, Marcel Saab Rodrigues

Novas Dinâmicas espaciais no início do século XXI nos distritos de Warta e Paiquerê,
Londrina - PR / Marcel Saab Rodrigues Manaia. 2013.

121 f. : il.

Orientador: Claudio Roberto Bragueto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro
de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Distritos – Teses. 2. Práticas espaciais – Teses. 3. Seletividade espacial –
Emancipação municipal – Teses. 4. Dinâmica populacional – Teses. I Bragueto, Claudio
Roberto. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas e da Terra.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3

MARCEL SAAB RODRIGUES MANAIA

**NOVAS DINÂMICAS ESPACIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI NOS
DISTRITOS DE WARTA E PAQUERÊ, LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudio Roberto Bragueto
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Adélia Aparecida de Souza
Haracenko
UEM – Maringá - PR

Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha
UEL – Londrina - PR

Londrina, 24 de maio de 2013.

Em memória de Alexandre

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que iluminou minha vida com a minha família e meus amigos, e sempre estando ao meu lado, me ajudou a ultrapassar os obstáculos que apareciam.

Aos meus pais, Rita e Juvenal, que abençoaram meus caminhos e acreditaram em mim em todos os momentos, ensinando que a vida é feita de boas ações e fé em Deus.

Ao meu irmão, Renan, que parceiro desde o nascimento foi minha base de apoio, meu amigo eterno, meu confidente e guia no caminhar pela vida.

A Nathália, minha namorada, que sempre esteve ao meu lado, acreditando em meu potencial e com todas suas palavras de carinho me ensino muito sobre o que é amar.

Não posso deixar de agradecer também, Claudio, meu orientador e professor, que me ensinou a maior parte do que sei sobre Geografia e muitas coisas sobre a vida, defendendo que nunca devemos desistir do que realmente queremos.

Agradeço a todas as Secretarias Municipais de Londrina, as Instituições públicas e privadas, aos moradores dos Distritos de Paiquerê e Warta e todas as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente para a confecção desta dissertação.

As Fundações de Educação, pelas bolsas oferecidas no decorrer da graduação.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Geociências.

MANAIA, M. S. R. **Novas dinâmicas espaciais no Início do Século XXI nos Distritos de Warta e Paiquerê, Londrina-Pr.** 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Esta dissertação estuda as características geográficas dos Distritos de Paiquerê e Warta, ambos pertencentes ao município de Londrina-Paraná. Realiza-se uma tentativa de se discutir o conceito de Distrito juntos aos espaços urbanos. Como os Distritos estudados pertencem ao município de Londrina, explica-se as características da colonização e as transformações que ocorreram aí, bem como no norte paranaense, assim como os processos de emancipação das cidades do Paraná. Foram utilizados dados da Prefeitura e entrevista das pesquisas de 2009 a 2013. Por fim, pretende-se apontar como as seletividades espaciais e ação política municipal e estadual influenciam nos aspectos socioeconômicos e nas dinâmicas dos Distritos em questão.

Palavras-chave: Distritos. Práticas espaciais. Seletividade espacial. Emancipação municipal. Dinâmica populacional.

MANAIA, M. S. R. **New spatial dynamics at the Beginning of XXI Century in Districts and Warta Paiquerê, Londrina-Pr.** 2013. 121p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This dissertation studies the geographic Districts of Paiquerê and Warta, both belonging to the municipality of Londrina, Paraná. Make an attempt to discuss the concept of the urban district together. How Districts studied belong to the city of Londrina, explains the characteristics of colonization and the changes that have occurred there, as well as in northern Paraná, as well as the processes of emancipation the cities of Paraná. We used data from the City Hall and interview research 2009-2013. Finally, intend to point out how the spatial selectivity and municipal and state political action influence the socioeconomic aspects and the dynamics of the districts concerned.

Keywords: Districts. Spatial practice. Spatial selectivity. Municipal emancipation. Population dynamics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Evolução da Criação de Municípios Brasileiros de 1940 a 2000.....	46
Figura 2 -	Processo de Emancipação de um Município	56
Figura 3 -	Evolução da População Rural de Londrina	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Quantidade dos Municípios no Paraná e Brasil.....	48
Tabela 2 - Transferências Correntes Municipais segundo a Origem das Transferências – Tamarana – 2010	62
Tabela 3 - Deduções da Receita Corrente – FUNDEB – Tamarana – 2012	62
Tabela 4 - Evolução da População Urbana e Rural de Londrina	64
Tabela 5 - População de Paiquerê (1970/2010).....	71
Tabela 6 - Depoimentos sobre segurança no distrito	78
Tabela 7 - Evolução da população do Distrito de Warta	89
Tabela 8 - Valores absolutos e percentuais da área ocupada por classe de uso do solo da área rural do distrito da Warta (2009)	96
Tabela 9 - Relação entre empresas de Warta e o número de funcionários que residem em Warta	98
Tabela 10 - Taxa de Analfabetismo por idade (%) (2010).....	103
Tabela 11 - Relação entre as Bibliotecas de Warta e Paiquerê e seus Acervos (2011).....	104
Tabela 12 - Número de Consumidores e Consumo de Energia Elétrica (2011).....	105
Tabela 13 - Prestação do Serviço de Telefonia Fixa (2011)	105
Tabela 14 - Área em Terreno (m ²), por Uso (2011).....	106
Tabela 15 - Área Construída (m ²), por Uso (2011).....	107
Tabela 16 - Número de Unidades por Uso (2006).....	108
Tabela 17 - Utilização das Terras por Distrito Administrativo – 2006	109
Tabela 18 - Pessoal Ocupado na Agropecuária por Distrito Administrativo (2006).....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Município de Londrina	16
Mapa 2 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – 1924.....	49
Mapa 3 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – 1940.....	50
Mapa 4 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – 1951.....	51
Mapa 5 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – 1970.....	52
Mapa 6 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – Atual.....	53
Mapa 7 - Localização do Município de Tamarana-PR.....	59
Mapa 8 - Localização dos Distritos de Londrina-Pr em Questão.....	66
Mapa 9 - Transporte Público da Sede Urbana aos Distritos.....	102

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Igreja de Paiquerê	68
Foto 2 - Frente da Escola Municipal Armando Rosário em Paiquerê	72
Foto 3 - Primeira estabelecimento comercial de Paiquerê, ainda em funcionamento na entrada do Distrito.....	73
Foto 4 - Padaria/Mercearia	74
Foto 5 - Lan House e Salão de Beleza	75
Foto 6 - Loja de presentes.....	75
Foto 7 - Sorveteria e Lanchonete de Paiquerê	76
Foto 8 - População conversando em frente a Praça de Paiquerê	77
Foto 9 - Terminal de ônibus do Distrito de Irerê.....	80
Foto 10 - Ponto de ônibus a cerca de 5 km da sede do Distrito	81
Foto 11 - Casas desocupados por moradores que foram atrás de trabalho.....	82
Foto 12 - Sede do Projeto Viva a Vida em Paiquerê	83
Foto 13 - Propriedade Rural que faz divisa com o limite urbano do Distrito de Paiquerê	84
Foto 14 - Propriedade localizada na entrada do Distrito.....	84
Foto 15: Algumas casas precárias de Paiquerê89	
Foto 16 - Casas do Projeto Minha Casa Minha Vida	85
Foto 17 - Igreja de Warta.....	86
Foto 18 - Lote aberto a venda em Warta	88
Foto 19 - Foto aérea do empreendimento Village Alto da Warta	91
Foto 20 - Foto da entrada do Village Alto da Warta.....	92
Foto 21 - Acesso pela PR-545.....	92
Foto 22 - Acesso pela PR-445.....	94
Foto 23 - Sede Odebrecht Comércio e Indústria de café.....	95
Foto 24 - Portal Turístico de Heimtal/Warta.....	98
Foto 25 - Tortas Alemãs de Warta.....	99
Foto 26 - Van que transporta as trabalhadoras nas Tortas Alemãs até o Distrito	99
Foto 27 - Sede da Guarda Municipal em Warta.....	100
Foto 28 - Policiais da PM fazendo patrulha no Distrito de Warta.....	101

SIGLAS E ABREVIATURAS

ALEP	Assembleias Legislativas do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Tramitação de Bens Imóveis
ITR	Imposto Territorial Rural
IVVC	Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE CIDADE E DISTRITO	17
1.1 RESGATE HISTÓRICO DAS CIDADES	19
1.2 A CIDADE E O DISTRITO	22
2 DA COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE A CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA ATUALIDADE	33
2.1 A REGIONALIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE	33
2.2 A CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES	43
3 OS DISTRITOS DE PAIQUERÊ E WARTA	64
3.1 O DISTRITO DE PAIQUERÊ	67
3.2 O DISTRITO DE WARTA	87
3.3 SELETIVIDADES ESPACIAIS E DENSIDADES DOS DISTRITOS DE PAIQUERÊ E WARTA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dá como uma continuidade de um processo de estudos que iniciaram em 2006 com Iniciação Científica para estudar o Distrito de Paiquerê, se ampliou em 2008 na comparação entre esta localidade e Warta e intensificou em 2009 com a Monografia de Conclusão de Curso que estudou a Geografia de Warta e Paiquerê com foco nas relações do Distrito com o campo.

Esta dissertação aponta as relações existentes entre os Distritos de Paiquerê e Warta com a sede do município de Londrina, principalmente do espaço urbano na busca de compreender como ocorrem suas interações e interdependências.

A escolha destes Distritos em particular se deve a disparidade socioeconômica existente entre eles, e também a enorme diferença de densidades que trouxeram consequências em suas produções espaciais.

O primeiro capítulo desta dissertação traz uma discussão sobre o conceito de Distrito, o que até o presente momento pode ser considerado uma lacuna nos estudos geográficos.

Busca construir bases para seu entendimento com a utilização da escala “intra-urbana”, como a mais adequada para a compreensão de suas articulações entre estes espaços e com a sede municipal.

Realiza-se um recorte histórico da criação das cidades e de como a proposta teórica do conceito de Distrito foi se modificando com as alterações das relações socioeconômicas em seu espaço.

Deste modo, o capítulo 1. “*Cidade e Distrito – suas compreensões e relações*” demonstrarão distintas visões metodológicas sobre estes dois conceitos e tentará chegar em suas possíveis compreensões.

Na discussão sobre o espaço urbano será utilizado estudos de Santos (1993, 2006), Defontaine (2004), Spósito (1988) e Lefebvre (2000) que se somam em uma contribuição extremamente consistente.

Para a compreensão efetiva do que poderia ser entendido como Distrito, será utilizado dos poucos, mas concisos estudos de Melatti (1992), Queiroz (1973), Nakagawara (1992), Ferreira (1993) e os atuais Pinto (2003) e Lima et al (2009).

Compreendendo que os Distritos são partes do território municipal de Londrina, como pode ser visto no mapa 1, o capítulo 2 em seguida traz uma discussão da colonização do norte paranaense como forma de compreender as transformações territoriais, que construíram a realidade de Londrina e de seus respectivos Distritos.

Para a realização desta análise nos apoiaremos em Müller (2007), Fresca (2004), Bragueto (2007), Monbeig (2007), Carvalho (1991), entre outros utilizados no primeiro capítulo.

Discute-se também em uma escala tanto nacional quanto estadual, os processos emancipacionistas relacionando com as Constituições vigentes e com os Governadores do Paraná, chegando até mesmo a explicar como ocorreu a criação do Município de Tamarana, outrora Distrito de Londrina.

Em seguida, *“Os Distritos de Paiquerê e Warta”*, capítulo 3 desta dissertação, traz uma exposição sobre cada Distrito em Particular, sendo realizada uma análise entre as realidades dos estudos dos Distritos em Manaia (2009) , e como cada um deles encontra-se na atualidade.

Utiliza de pesquisas junto ao poder municipal, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, Secretaria de Assistência Social, entre outros.

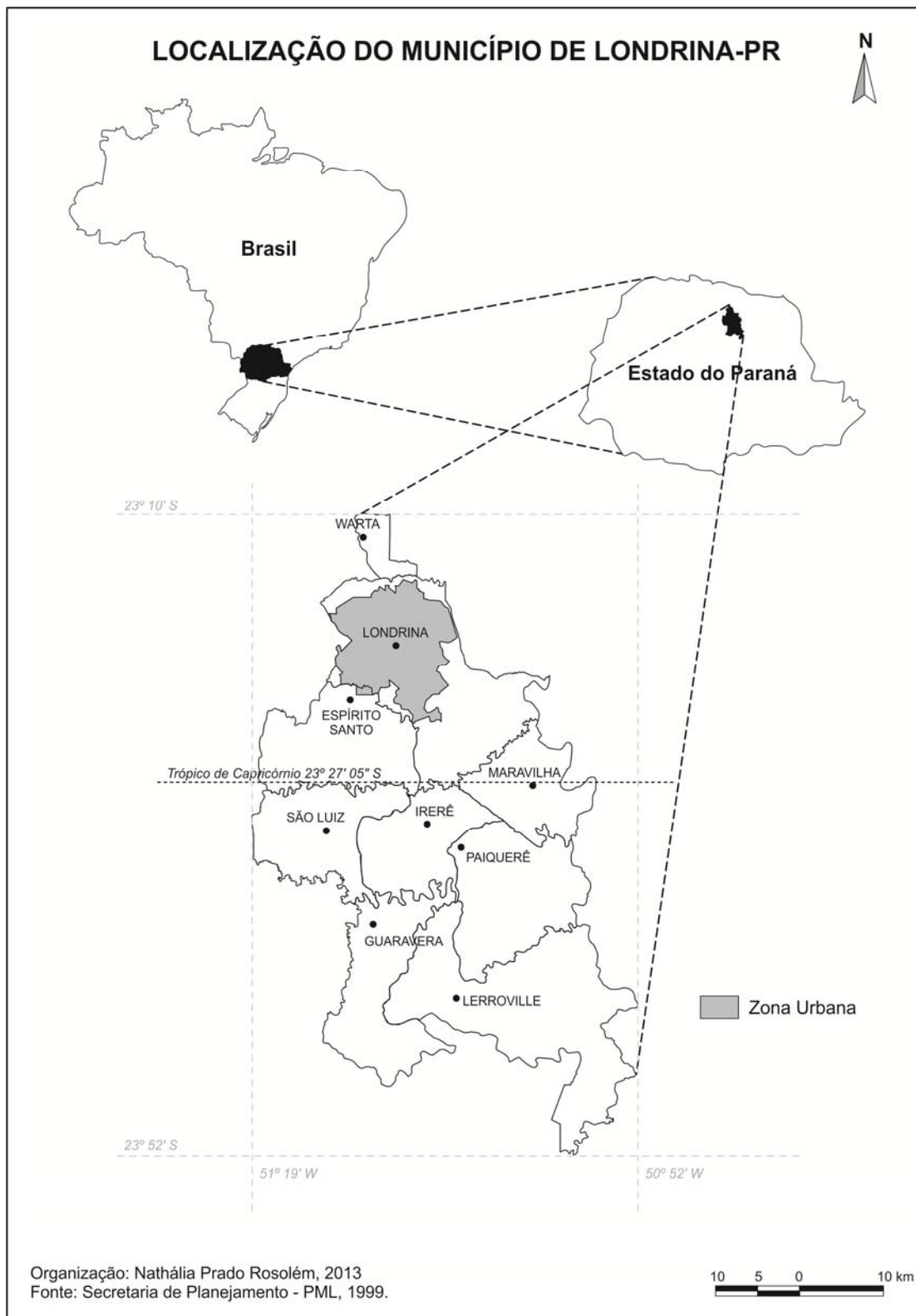
Discute também a ação política municipal e estadual que devido a incentivo de Projetos do MINHA CASA MINHA VIDA em Paiquerê e Warta modificou as dinâmicas populacionais e suas relações com a sede municipal.

Somado aos dados destas secretarias, foi realizado ainda durante o ano de 2009 e 2013 trabalhos de campo aos Distritos de Warta e Paiquerê, onde foram entrevistadas cerca de 50 pessoas na sede distrital de cada um deles, além de 40 pessoas em Tamarana, que foi Distrito de Londrina até 1996 e é exemplo das dificuldades e dependência dos recursos que vem do Estado e da Federação.

As entrevistas foram abertas com foco em detalhes sobre a vida no local, qual a relação do Distrito com a sede municipal, características da qualidade de vida e suas principais preocupações locais.

Sendo assim, com a realização deste trabalho busca-se evidenciar quais são as efetivas particularidades dos Distritos estudados e como elas influenciam nos aspectos socioeconômicos de suas sociedades e em suas dinâmicas territoriais. Por fim, pretende-se que este estudo contribua em alguma medida para a ciência geográfica, para o poder público e para a população em questão, tentando chegar a uma possível conclusão após 06 anos de trabalhos com Distritos.

Mapa 1 - Localização do Município de Londrina



Fonte: Secretaria de Planejamento, 1999.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

1 A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE CIDADE E DISTRITO

Muitos pensadores da Geografia estudaram a urbanização, suas intercomunicações e hierarquias. Analisaram as transformações do campo e no campo, junto com as modificações dos espaços agrários e o deslocamento da população, porém, não se aprofundaram quando se diz aos Distritos.

Conforme coloca Siqueira (2008) a grande maioria dos estudos sobre reorganização populacional no espaço e fenômenos relacionados é desenvolvida utilizando de uma escala “macro” da relação que ocorre entre distribuição populacional e dimensão político-econômica.

Pode-se inferir que a lacuna existente com relação a um debate específico sobre os Distritos se inscreve na lógica do esquecimento coerente próprio à escolha da escala, como demonstram de maneira conjunta Racine, Raffestin e Ruffy (1980).

Para tais autores a escala pode ser vista como um filtro que empobrece a realidade, porque privilegia aquilo que é pertinente em relação ao objetivo da pesquisa em detrimento de outras variáveis. Mesmo assim, esta lacuna não pode ser vista como uma falha, um déficit da ciência geográfica, mas sim como uma característica do conhecimento científico, pois como coloca Pracontal (2004), toda teoria é incompleta e não pode descrever-se a si mesma nem provar sua verdade.

Com base nesta ideia, Mendes Junior (1988) explica que existe uma dinâmica no conhecimento, pois, ao mesmo tempo em que toda teoria científica oferece respostas aos problemas para os quais foi chamada a solucionar, a própria suscita novos desafios e discussões científicas, sendo esta uma das maiores contribuições e que proporciona o avanço do saber.

Criticar as concepções existentes, lançar novas hipóteses, explicar, prever, controlar as previsões, eis alguns traços característicos da atividade científica. A ciência não procura resultados definidos. As afirmações irrefutáveis não fazem parte da ciência, mas dos mitos. Em verdade, a falsificabilidade de suas asserções (pelo menos em princípio) caracteriza a ciência. (HEGENBERGER, 1969, p. 22)

Deste modo, este trabalho pretende construir bases para o entendimento deste fragmento do conhecimento, os Distritos que analisados por um olhar geográfico tornam-se objetos da Geografia.

Em concordância com Brandão (2007, p.178) de que “cada problema tem sua escala específica” e sendo assim, é preciso “enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinente aquela problemática específica”, sente-se a necessidade de definir a escala para análise destes espaços.

A escala que acreditamos ser a mais apropriada para este trabalho é a escala intra-urbana, que melhor explanará sobre a articulação entre reorganização populacional e sua divisão social e territorial do trabalho interna.

Esta escala intra-urbana pode ser entendida conforme Villaça (1998) como o espaço interno da cidade, lócus da concentração e distribuição da população residente, onde se encontra o aparelho do Estado e concentra-se a infraestrutura criada, o zoneamento e suas legislações urbanísticas.

Há de se considerar que esta estruturação do espaço intra-urbano, como discorre Siqueira (2008), sofre, além de sua dinâmica interna, com influências externas, principalmente tratando-se de espaço próximos do processo de estruturação regional.

A maior ou menor influência pode ser notada por sua hinterlândia, conceito discutido por diversos autores que Corrêa (1998) traz como a área subordinada economicamente a um centro urbano, relacionando esta palavra a áreas de influência de uma cidade. Assim sendo, uma região complementar de uma localidade central.

Em função das localidades centrais, esta região complementar seria compreendida como o espaço onde “os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviços” (CORRÊA, 1994, p. 21).

O autor em questão completa que na expansão do sistema capitalista atual, nota-se o aumento da divisão territorial do trabalho e a crescente necessidade de articulação entre as diversas unidades territoriais especializadas.

Com esta maior articulação podemos ir além de nossa escala intermunicipal na busca de entendimento dos Distritos, chegando assim a escala interdistrital.

Esta escala pode ser considerada como a territorialidade composta por diferentes espacialidades, que no caso, seriam os Distritos, onde, como expõe Siqueira (2008) “uma espacialidade principal polarizaria as relações entre as demais espacialidades, o que, neste ponto, não o diferenciaria, essencialmente, de uma hinterlândia”.

O conceito de hinterlândia que acreditamos mais se aproximar desta influência inter-distrital seria o de Singer (1968, p.7)

Todas aquelas áreas agrícolas que cedem à cidade (sob a forma de vendas de mercadorias, pagamento de impostos, oferendas religiosas, etc) parte de excedente e consomem, em alguma medida, bens ou serviços da cidade.

A especificidade do espaço interdistrital seria representado pelo aspecto de que os Distritos possuem em comum uma matriz histórica de formação, caracterizada por uma distribuição que ocorre de modo desigual de poder político e mantêm fortes laços com os espaços agrícolas do município.

Desta forma, relacionando a hinterlândia com esta micro-escala, buscaremos neste trabalho compreender como ocorre a relação e interação de dois tipos de espacialidades, o centro e seus núcleos secundários, em suas interdependências.

Com a definição da escala e na busca pela compreensão dos Distritos se faz necessário também, compreender a cidade e o campo, dando maior destaque ao primeiro conceito que é base para o entendimento do espaço em questão.

1.1 RESGATE HISTÓRICO DAS CIDADES

Quando se discute a dinâmica espacial em seus distintos recortes territoriais nota-se a dificuldade analítica de áreas urbanas e rurais, que, dependendo do olhar geográfico está pautada na diferenciação dos espaços a

partir da funcionalidade, da área de residência da população, ou até mesmo pelo modo de vida.

A divisão entre campo-cidade pode ser compreendida segundo Lefebvre (1976) por meio da periodização em três eras: a agrária, industrial e urbana. Na primeira época o autor explica que a diferenciação baseava-se, principalmente, na divisão do trabalho, sendo que, nas cidades, os valores de uso e dos costumes prevaleciam ao valor de troca.

Na era industrial estes valores sofreram modificações, pois com a generalização da troca e do comércio, o valor de troca superou o valor de uso, transformando cada vez mais o espaço, tanto urbano quanto rural, em mercadorias.

Já na última era da periodização Lefebvre (1976) aponta que ocorre uma dissolução das relações sociais que passam a ser mediadas com maior intensidade pelas relações de propriedades. Tal premissa se completa com a ideia de Endlich (2006) de que tanto o campo quanto a cidade assumiram papéis e funções diferenciadas durante os distintos processos históricos devido, principalmente, a divisão territorial do trabalho.

Entretanto, paralelamente a divisão, existia também, como explica Spósito (2006), a complementaridade:

[...] não há diferenciação social sem a divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade. (SPOSITO, 2006, p. 116).

Esta complementaridade é fundamental para compreensão e entendimento dos Distritos, pois, principalmente, nos dias atuais, a dicotomia entre o espaço urbano e rural fica cada vez menor enquanto que sua complementaridade toma cada vez mais vigor.

Pode-se ver assim que estes dois espaços carregam diferentes propostas metodológicas, a cidade, por exemplo, não pode ser analisada ou pensada por somente uma proposta metodológica, como aponta Carlos (2007, p.20): “A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único

modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa”.

Na visão de Carlos (2007) a cidade seria uma construção humana, produto histórico-social, trabalho materializado que é criado pelas relações da sociedade com a natureza. Obra que se concretiza na realidade espacial e esta em movimento acumulativo, por incorporar relações passadas e possibilidade futuras que ocorrem no presente.

A autora explana que o olhar geográfico diante da cidade nos faz analisá-la enquanto realidade material, a qual revela-se por meio do seu conteúdo presente nas relações sociais que lhe dão forma.

Somado a esta proposta e em concordância com Lefebvre (2001) de que a cidade poderia ser vista como um produto das diferentes práticas sociais históricas, acredita-se que para entender sua natureza histórica é necessário retomar desde seus primórdios, as primeiras aglomerações humanas. “A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

A cidade. Os modernos quase que completamente esqueceram o verdadeiro sentido desta palavra: a maior parte confunde as construções materiais de uma cidade com a própria cidade e o habitante da cidade com um cidadão. Eles não sabem que as casas constituem a parte material, mas que a verdadeira cidade é formada por cidadãos.” (ROUSSEAU apud DERATHÉ, 2010, p. 11).

Ao longo da história agentes ativos realizaram pesquisas e estudos sobre as cidades, tanto na parte social centrada principalmente na política quanto em perspectivas urbanísticas, com uma preocupação da utilização do espaço.

Mesmo com todos estes avanços Singer (1973) explica que a urbanização, tal como é entendida nos dias atuais, iniciou-se após a Primeira Revolução Industrial, pois o surgimento das primeiras corporações de ofícios e respectivas fábricas nas cidades europeias intensificou expressivamente o processo que antes ficava restrito a algumas poucas cidades.

Com esta urbanização industrial houve um expressivo crescimento populacional, tanto de trabalhadores das fábricas como também de consumidores que começaram a encontrar nas cidades uma variedade de produtos semimanufaturados e manufaturados.

Segundo Lefebvre (2001), neste período a cidade se transforma, também, em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. Desta maneira, o espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, assim, subordinado à lógica do industrialismo e às necessidades da indústria e, como tal, deve reunir as condições de produção necessárias.

1.2 A CIDADE E O DISTRITO

Após esta breve análise da evolução histórica das cidades pode-se concordar com Lefebvre (2001) que tal espaço sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, assim, as duas foram se alterando juntas com o tempo, porém, as transformações da cidade não podem ser consideradas resultados passivos da globalidade social e de suas modificações.

A cidade contemporânea está situada, segundo Lefebvre (2001) em um meio termo, alojada entre a ordem próxima, compreendida como as relações dos indivíduos em grupos, próximos a uma organização, e a ordem distante, vista pelo autor como a ordem da sociedade que é controlada por poderosas instituições como a Igreja e o Estado.

Desta forma, a ordem distante se institui conforme a análise do autor, a um nível superior, dotado de poderes e regras, abstratas e formais, que se projetam na realidade prática sensível e não são concebíveis se estiverem fora das ideologias, religiosas ou políticas. Na ordem próxima ocorre a persuasão, a imediatez que completa o poder coator da ordem distante. Lefebvre (2001) explica que a cidade pode ser vista então como a mediação entre estas duas mediações:

Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata. (LEFEBVRE, 2001, p. 46)

O autor diferente de muitos outros pensadores, não considera os termos “cidade” e “urbano” como sinônimos, compreendendo o primeiro como a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico, e o segundo sendo a realidade social que estaria composta de relações a serem produzidas e reproduzidas pelo conhecimento humano.

Porém, é necessário salientar que não é possível realizar uma separação entre tais conceitos e apenas demonstrar as evidências de distorções e de defasagens entre esses diferentes níveis, já que:

Lefebvre (2001) explica que há possibilidade de se realizar uma separação entre tais conceitos e apenas apresentar as evidências de distorções e de defasagens entre esses diferentes níveis, pois com suas próprias palavras salienta:

Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, sem uma “natureza”. (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

Já segundo a análise de Carlos (2007), a cidade deve captar o processo em movimento dos três planos articulados e indissociáveis presentes, o econômico, que diz respeito a realização da produção de capital que ocorre por meio da produção do espaço, o político, sendo o espaço de dominação, de controle da sociedade pelo Estado através das normas e, por fim, o social, relacionado as práticas sócio espaciais, que segundo a autora, são centrais na reprodução da vida humana.

[...] a cidade revela-se concretamente através do uso que dá sentido a vida, revelando o conteúdo da prática sócio-espacial. É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis (CARLOS, 2007, p. 30).

Estes usos e práticas que a cidade sofre constroem sua identidade e fazem com que, além de distinguirem umas das outras, diferenciem também seus espaços internos, principalmente, devido as práticas espaciais que ocorrem.

Por meio da análise de Corrêa (1995) as práticas espaciais podem ser entendidas como o conjunto de ações que são espacialmente localizadas e agem de maneira direta no espaço. Suas ações modificam o espaço em seu todo ou em parte e até mesmo, preserva suas interações e formas.

As práticas sociais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecerem significados distintos à natureza e a à organização espacial previamente já diferenciadas. [...] Resultam, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. (CÔRREA, 1995, p.35).

As práticas espaciais que provocam alterações na produção e organização do espaço geográfico segundo Corrêa (1995) são: a marginalização espacial, que ocorre quando um espaço entra em desvalorização ou declínio condicionado por fatores de ordem política ou socioeconômica; o desmembramento/agregação que os espaços sofrem por ações também destes fatores; a reprodução espacial da região produtora, quando uma empresa ou empreendimento procura produzir e reproduzir a longo prazo as condições para utilizar cada vez mais do espaço; a antecipação espacial, que seriam os investimento públicos ou privados em áreas que futuramente terão um enorme valor agregado; e por fim, sendo a que merece maior destaque neste trabalho, a seletividade espacial, que diferencia os espaços devidos suas características naturais e construídas.

Com base nesta premissa, a práticas espaciais que mais podem auxiliar para compreender as diferentes singularidades de cada um dos Distritos é a seletividade espacial. Esta seletividade espacial ocorre segundo o autor, devido

ao modo seletivo como o homem age no processo de organização do espaço, colocando atributos que diferenciam um lugar de outro.

Os atributos que podem levar a esta localização seletiva são segundo o Corrêa (1995), critérios naturais como a fertilidade do solo, o clima, o relevo e aspectos humanos como a presença de meios que facilitem à acessibilidade (estradas, portos, aeroportos, etc.), a força do trabalho não qualificado, a fragilidade dos sindicatos e neste trabalho em questão, a proximidade do centro de serviços, pois como veremos, enquanto no Distrito de Warta está a 23 km da sede municipal, possuindo diferente acessibilidade a mesma, o Distrito de Paiquerê encontrasse a 35 km, com poucas e precárias opções de acessos.

Pela proposta de Corrêa (1995) esta seletividade espacial ocorre de acordo com a variação dos atributos de lugar para lugar e de como estes são avaliados e reavaliados de modo sistemático, que veremos no decorrer do trabalho, são presentes de forma prática em Warta e Paiquerê.

Outro processo importante para a análise dos Distritos é o de marginalidade espacial, o qual faz referência ao valor atribuído a um dado local que se diferencia com o passar do tempo.

Esta prática espacial ocorre por razões de distintas ordens, destacado entre elas, as de ordem econômica, política e cultural, que podem transformar a importância de um determinado lugar, chegando a “marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculam”. (CÔRREA, 1995, p. 40).

Além desta seletividade e marginalização espacial, na busca de compreender os Distritos em questão, devemos destacar a existência de variação de densidades em diferentes aspectos, o que para Santos e Silveira (2001) concretizarão características peculiares para um destes espaços.

Esta variação se deve à diferenciação que o território demonstra com distintas densidades de coisas, objetos, homens e também na movimentação de cada um destes, pois,

Nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação de fluidez é seletivo e não-igualitário. As regiões onde se situam produções destinadas à exportação e ao comércio distante têm prioridade nesse equipamento, criando-se no território área com maior densidade viária e infoviária a serviço de um dos aspectos da economia nacional. A densidade viária e infoviária não tem, pois, relação direta com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional. (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 262).

Juntamente com esta proposta, Santos e Silveira (2001) colocam que se podem distinguir dois tipos de fluidez. A fluidez efetiva, que ocorre pelo uso efetivo das vias, compreendida como a concreta produção de vias de circulação materiais, e a fluidez virtual que é “medida em função da presença dos respectivos sistemas de engenharia”. (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.262).

Tais autores completam ainda que se levar em consideração todas as características apontadas anteriormente, pode-se compreender que alguns espaços seriam de “fluidez” e outros “viscosos”, ou seja, alguns completos de acessibilidades e atributos facilitando as circulações e outros ausentes destes aspectos.

Ainda com base na diferenciação dos territórios, podemos acrescentar de embasamento na discussão dos Distritos a relação de velocidade dos espaços, pois para Santos e Silveira (2001) existem “espaços de rapidez” e “espaços de lentidão”.

Os “espaços de rapidez” podem ser compreendidos como aqueles que possuem, com relação ao espaço material, um maior número de vias de circulação, em boas condições, com uma maior quantidade de veículos privados, modernos e velozes e também, para a efetiva rapidez, de um sistema de transporte público com elevada frequência de viagens, em curtos espaços de tempo, com preços mais acessíveis a toda a população.

No caráter social, o “espaço de rapidez” seriam aqueles onde é mais intensa a vida de relações, acarretada pela atividade econômica e/ou sociocultural, ou se não, como os autores explicam, pelas zonas de passagem, auferindo as necessidades de uma circulação de pontos mais longínquos.

Os “espaços de lentidão”, logicamente, seriam compreendidos como o oposto, demonstrando a ausência ou déficit destes atributos e densidades que elevam a intensidade de circulação.

Mais um critério que diferencia estes dois espaços segundo os autores, seria a divisão do trabalho, acima de tudo quando ocorre de modo interno à região, sendo levada em consideração também a densidade e respectiva variedade dos consumos.

Há de se destacar que esta relação de “espaço de lentidão” e “espaço de rapidez” só pode ser levada em consideração se utilizarmos desta escala intra-urbana (parte interna do município), pois se relacionarmos os Distritos com outras escalas, Warta e Paiquerê seriam analisados como “espaços de lentidão”.

Somadas a estas propostas existem ainda aqueles que possuem uma maior acumulação de densidades informacionais e técnicas, considerados segundo Santos e Silveira (2001) “espaços luminosos”, que por este motivo são mais propícios a atrair as atividades que possuam maior conteúdo em capital, em tecnologia e organização.

Juntamente a densidade, estes espaços possuiriam também, devido sua consistência técnica e política, uma maior sucessão de participação na regularidade e na lógica que obedece as maiores empresas e aos mais poderosos capitalistas.

Seguindo as lógicas anteriores, existiriam segundo Santos e Silveira (2001) os “espaços opacos”, que demonstrando a ausência das densidades técnicas, informacionais e políticas, ficariam “apagados” para o capital.

Com base nestas discussões, entendemos o urbano em concordância a classificação de Spósito (1988), de que nos locais que existem aglomeração e fixação de pessoas, não dependendo do número destas populações, juntamente com a divisão social do trabalho, processo fundamental para a organização de classes e base para a sociedade, o espaço é compreendido como urbano.

Um ponto de suma importância que deve ser destacado para que ocorra uma discussão consistente da compreensão do espaço urbano é, o de que

a cidade não pode ser reduzida apenas a uma entidade, um organismo ou uma totalidade entre outra, em que se reflete a história geral em efeito local.

Desta forma, concordamos com Spósito e Whitacker (2010) de que na medida em que novas formas de assentamentos são produzidas e as relações e articulações entre o rural e o urbano aumentam, os limites e distinções entre cidade e campos se esvaecem.

Nesta mesma perspectiva os autores articulam que no período atual, se vê a incapacidade de distinguir onde acaba a cidade e começa o campo. “As formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos” (SPOSITO; WHITACKER, 2010, p. 122).

Assim como não existe e não existirá uma aceitação unânime do conceito de Urbano e Rural, pois como se sabe e é exposto por Eco (1995) a ciência humana não é constituída de verdades absolutas, não há, nos poucos estudos sobre Distritos uma concordância em sua classificação.

Os Distritos Rurais são subdivisões do município, criados por Leis Municipais, regidas por Leis Estaduais. Suas vilas formam as sedes e localizam-se na zona rural do município, mas a população entra pelo Censo do IBGE como sendo parte da população urbana.

Para Pinto (2003) o Distrito pode ser compreendido como uma subdivisão do município que possui como sede a vila, onde há a maior concentração populacional. Este espaço não possui, segundo Ferreira (1991), autonomia administrativa e funciona como um local de ordenamento da pequena produção e atendimentos de primeiras necessidades da população vivente do entorno, cujo comando central fica a cargo da sede municipal.

Nos trabalhos de Melatti (1992) os Distritos são analisados como “bairros rurais” ou “assentamentos rurais nucleados”. Para compreender este termo a autora utiliza a ideia de “bairro” de Fernandes (apud Melatti, 1992, p. 16), como sendo a área determinada de limites não precisos onde os habitantes mantêm relações estreitas com conexão estabelecida por uma perfeita consciência de grupo com inúmeros laços em comum.

O elemento permanente, enfim, será constituído pela existência de certa unidade entre um grupo de vizinhos, resultado da soma de determinados elementos de coesão, fazendo com que se estabeleçam contatos e intensa vida de relações, dentro de uma determinada área, a que o povo denomina de bairro. (FERNANDES, apud MELATTI, 1992, p. 16).

Somado a este pensando, para o efetivo entendimento da proposta, Melatti (1992) apoia-se também em Queiroz (1973) que analisa este Bairro Rural como um determinado grupo de vizinhança onde se relacionam em um habitat disperso, mas de contornos que são suficientemente constituídos, agregando assim uma noção entre os moradores de pertencimento.

Desta forma, segundo Queiroz (1973) para que se delimite a configuração de bairro é necessário que haja o elemento básico de sentimento de localidade. Somado a isto, Queiroz (1973, p.42) explica que:

Os bairros rurais tem um modo peculiar de vida [...] vivendo em casas tão precárias que mereciam o nome de ranchos utilizando técnicas e processos rudimentares, consumindo os produtos que plantavam, vestindo roupas fiadas e tecidas por eles mesmo, empregando utensílios fabricados em casa (até pólvora e balas eram de fabricação caseira), comendo doces e biscoitos confeccionados pelas mulheres da família, indo vender nas cidades próximas galinhas e leitões, assim como as sobras de produção, e trazendo de volta um presente para a companheira e filhos. Esta maneira de viver integra-os na agricultura de subsistência que sempre existiu no Brasil, onde surgia acompanhada a grande lavoura de exportação, da qual sempre foi complementar.

Tal proposta e conceito se demonstram ultrapassado devido às novas dinâmicas que os Distritos em questão apresentam, entretanto, presente pontualmente em Paiquerê, nas famílias em condições mais precárias, que utilizam a área da residência para cultivar alimentos e destinam parte das frutas para ser comercializada na sede municipal.

Em contrapartida em Warta, como veremos no capítulo 3, esta aproximação com o bairro rural é praticamente inexistente, pois a grande maioria reside no Distrito com sentimento de estar vivendo na sede municipal.

Em análise do trabalho de Queiroz (1973) que estuda os “bairros rurais” paulistas e suas ligações com a sede do município pertencente, as

relações entre os bairros rurais e a cidade, entre o meio rural e o urbano são distintas conforme as especificidades de cada um.

A premissa de especificidades é fundamental para a compreensão dos espaços aqui analisados neste trabalho, pois, como será explicado, o caráter de pertencimento, coesão e localidade não é o mesmo em cada Distrito.

Acrescentando a discussão Nakagawara (1992, p. 17) explica que os Distritos podem ser definidos como:

[...] pequenos centros de mercado, pontos de coleta dos produtos exportados e pontos de suprimentos de bens e serviços para a população que nele reside, os interesses externos da classe mais poderosa são representados pelo dono da pequena loja, que geralmente exerce ambas as funções de coleta e de distribuição [...] os Distritos não tendo uma autonomia administrativa funcionam como um local de organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residentes no seu entorno, comandadas pelas respectivas sedes dos municípios.

Segundo a perspectiva desta autora, os Distritos seriam formas de urbanismos que servem como o elo de uma grande cadeia que mobiliza e extraem os excedentes agrícolas e mobilizam as mãos de obra para as frentes pioneiras.

As entrevistas com os pioneiros de Warta e Paiquerê mostram que esta realmente era a realidade nos primórdios da construção dos Distritos, entretanto, como veremos mais a frente, a dinâmica foi se alterando com as novas transformações que estes espaços sofreram.

Em uma discussão mais recente sobre Distritos, Lima et al (2009) colocam que a terminologia Distrito designa uma divisão que é realizada em um determinado território. Para estes autores, os Distritos poderiam ser compreendidos como território de uma subdivisão dos municípios, sendo assim, usa-se o termo Distrito como um território pertencente à dominação de um determinado município.

Entendemos aqui apoiado em Santos (2006, p. 166) que a produtividade espacial pode ser compreendida como a “noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades”,

categoria que se refere com maior vigor ao espaço produtivo, o que Santos (2006) indica sendo o “trabalho” do espaço e que mesmo assim, não minimiza a importância das características naturais do lugar.

A produtividade espacial ou produtividade geográfica não pode ser duradoura segundo o autor, pois outros lugares podem passar a oferecer melhores vantagens comparativas a antiga localização.

Na proposta de Santos (2006) cada lugar apresenta uma diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, sendo maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica e organizacional, desta forma, cada um apresenta uma forma de ação específica a agentes econômicos e sociais específicos.

Desta forma, o Distrito rural pode ser entendido como um ponto de apoio a uma área agrícola e/ou também ponto de apoio para uma atividade eminentemente urbana.

Esta proposta de Interface entre o Urbano e o Rural, serviu de base até mesmo para o autor que aqui produz o trabalho, sendo a sustentação da análise do Trabalho de Conclusão de Curso de Manaia (2008), entretanto, como se nota a seguir, esta metodologia deve ser acrescida de uma análise mais sustentada na ideia de o Distrito como espaço de poder da sede municipal e não apenas fragmento do espaço rural/urbano.

Inserido no limite político-administrativo de um município o Distrito apresenta sua essência relacionada à sua carga espacial, como expõe Santos (2006, p.167): “Os lugares se especializam em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de sua vantagem de ordem social”.

Mesmo que a ideia da especialização apontada no fragmento anterior possa sugerir que todos os lugares são passíveis de uma classificação em face de características de especialização produtiva, não é esse o sentido da evocação aqui proposto.

O que se pode observar são níveis de atividades produtivas que os fazem se inserir de forma diferenciada na dinâmica mais geral da cidade que os polariza e da região no qual estão localizadas, para ficar somente nessa escala de análise.

Sendo assim, propõe-se que para a busca de um entendimento dos Distritos, deve-se ser considerado muito mais que seu “conteúdo” e forma (rural ou urbano), analisando sim sua totalidade, envolvendo as relações econômicas, culturais e políticas com a sede municipal que o domina, não sendo entendidos, como argumenta Barreto (2011, p. 16), “como oposição campo-cidade, mas sim, na sua relação com a cidade e do poder que a rege e domina”.

A compreensão de Distrito neste caso se dá como uma localidade que se encontra na interface do urbano e o do rural, e necessita ser analisada por meio da ideia criada por Santos (2006) da especialidade dos lugares e sua respectiva produtividade geográfica (produtividade espacial).

2 DA COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE A CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA ATUALIDADE

2.1 A REGIONALIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

Com a realização da busca de uma possível definição dos Distritos, elencando o lugar como uma categoria importante para a apreensão do espaço, é necessária o entendimento da evolução histórica e territorial dos Distritos em questão.

Para entendermos suas evoluções históricas, precisamos compreender como ocorreram os processos de regionalização e colonização do norte do Paraná onde está localizado o município de Londrina.

Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná, criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista, tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense. (MÜLLER, 2007, p. 20).

Por esta análise, compreendemos que mesmo contido territorialmente e administrativamente no estado do Paraná, o norte paranaense apresentava em seus princípios e de certo modo até hoje, como uma porção territorial com fortes laços com a economia paulista.

Devido as poucas ligações com Curitiba e com o restante do sul do país, esta premissa se concretizava no passado, principalmente em meados do século XX, época da colonização desta região, sendo até mesmo considerada como um “apêndice” do estado de São Paulo.

Entretanto, com as novas dinâmicas e transformações deste território tal proposta deve ser considerada como uma meia verdade, já que, não se pode negar a profunda relação que esta porção do estado mantém com o resto do Paraná, com atividades político-administrativas e com a intensa conexão existente com o porto de Paranaguá.

Juntamente a esta complexidade de se compreender o norte paranaense, Fresca (2007) aponta que existem diferentes propostas de se analisar e regionalizá-lo, porém, a regionalização mais utilizada pelos estudiosos do norte paranaense, é a que foi forjada entre a década de 1930 e 1950, e divide a porção norte do estado em Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo.

Mesmo não havendo referência bibliográfica que tenha realizado a gênese desta regionalização, a autora explica que “[...] o próprio senso de observação histórica e geográfica de sua população dividiu a ocupação desse território em três fases ou estágios, acoplando fases históricas a áreas geográficas.” (WACHOWICZ apud FRESCA, 2007, p. 48)

Fresca (2007) concorda com Côrrea (1987) que esta regionalização expressou os distintos mecanismos que produziram uma diferenciação regional na área, tanto quanto a forma de acesso a terra, quanto a origem da população e até mesmo, na produção agropecuária e nas funcionalidades dos diferentes tipos de cidades que foram criadas, entre outros.

Esta regionalização é utilizada também por Bragueto (1996) que aponta que o Norte velho corresponde à região localizada a leste do rio Tibagi, indo até os limites com o estado de São Paulo, balizados pelo rio Itararé.

A titulação desta região se dá por ser a mais antiga ocupação do norte do estado, realizada com a vinda da população a partir de 1840, constituída principalmente por mineiros, que procuravam novas fontes de renda com o declínio da mineração, conforme exposto anteriormente.

O autor explana que sua ocupação aconteceu de forma lenta nos primeiros anos, devido principalmente a falta de meios de transportes adequados caracterizando a área até o início do século XX, como uma região em que havia o predomínio de agricultura de subsistência, com destaque para a criação de suínos.

Já o Norte Novo do Paraná é regionalizado por Bragueto (1996) como a área localizada a margem esquerda do rio Tibagi e Maringá, ocupada até os anos de 1945, principalmente, por pequenas propriedades.

Sua proposta destaca que esta região é a mais dinâmica do norte do Paraná e foi incorporada como frente pioneira por meio de grandes

concessões ou vendas de lotes de terras devolutas a empresas de colonização e a particulares.

Com o predomínio de pequenas propriedades de policultura, o Norte Novo, mesmo com a expansão da cafeicultura, não apresentou conforme análise do autor, nem nos períodos mais favoráveis a cultura cafeeira, algo próximo de uma monocultura.

Bragueto (1996) localiza o Norte Novíssimo a noroeste, oeste e sudoeste de Maringá e discute que sua real ocupação aconteceu a partir de 1945, por meio de uma colonização particular e oficial.

Mesmo esta região apresentando o solo arenito Caiuá, não propício a cafeicultura e muito susceptível à erosão, houve um pequeno período, em que a elevação do preço do café fez com que esta cultura fosse inserida nesta região, porém, com o rápido desgaste do solo e o declínio nos preços do café houve uma substituição da cafeicultura por pecuária.

Para dar continuidade nestas discussões e compreender a inserção do Norte do Paraná na divisão territorial interna do trabalho e da divisão internacional do trabalho é necessário se discutir e compreender a diferença entre frente de expansão e frente pioneira.

Segundo Martins (1975) a frente de expansão seria a faixa existente entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica, porção de terra povoada mesmo com baixos índices de densidade demográfica e apresenta o posseiro como a figura principal desta área geográfica.

Por outro lado, a frente pioneira se apresentaria como um movimento social que demonstra resultado instantâneo a incorporação de novas regiões por meio da economia de mercado, se expressando desta forma, como uma fronteira econômica.

Com base nesta ideia, a primeira frente de expansão foi identificada por Müller (2007) com o povoamento do Norte do Paraná no início no século XVII, por meio de Jesuítas que instalavam missões no Brasil e em outros países.

O norte paranaense estava inserido na Província de Guairá, que estava sob o controle dos espanhóis e foi a partir do apoio deles que fundaram

reduções na região com o objetivo de catequizar e reunir os indígenas Guaranis que estavam espalhados pelas proximidades.

Entretanto, este primeiro esboço de povoamento não apresentou êxito por muito tempo, pois os bandeirantes paulistas expulsaram para a margem direita do Paraná os índios e os Jesuítas em meados do final do século XVII.

Muller (2007) e Valverde (1957) discutem que durante o século XVIII, o Norte do Paraná ficou no controle das correntes de colonização, sendo que a região estava inserida na grande via de circulação natural dos “campos gerais”, participando do percurso seguido pelas tropas de muares.

Sobre esta frente de expansão, Bragueto (1996) acrescenta que nos meados do século XIX, foi construída no Norte Pioneiro, a Colônia Militar de Jataí, fundada em 1855, na margem direita do Tibagi e que apresentava como objetivo estabelecer uma ligação com o Mato Grosso, funcionando ainda como um ponto de apoio e posto militar avançado que protegia toda a área que era ameaçada por Paraguai.

Também foram fundados em 1859, a margem esquerda do Tibagi, os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, aglomerações que depois se tornariam Jataizinho (Colônia Militar de Jataí e São Pedro de Alcântara) e São Jerônimo (São Jerônimo da Serra).

Estas primeiras ocupações do Norte do Paraná se mantiveram com uma pequena população até o início e desenvolvimento da frente pioneira, a partir da década de 1930.

Segundo Wachowicz (apud BRAGUETO, 1996, p. 147):

[...] em 1859, a Colônia Militar de Jataí contava com uma população de apenas 154 pessoas e nos anos seguintes pouco aumentou, chegando a 306 habitantes em 1880. O aldeamento de São Pedro de Alcântara, em 1875 contava com uma população de: Kaingang, 902, Caiuá, 461 e entre brancos, mulatos e pretos, 250, totalizando 1613 pessoas. No entanto, um surto de varíola e a decadência do lugar, em função do isolamento reduzem drasticamente a população. Em 1891, a situação populacional do aldeamento era a seguinte: gente (branca) de ambos os sexos, 184, índios Guaranis e Caiuá, 117, índios Corados (Kaingang), 221, totalizando 522 habitantes.

Os primeiros núcleos da frente de expansão segundo Muller (2007) não demonstraram êxito nem econômico e nem ocupacional, devido principalmente, ao seu isolamento, já que a área não chamou a atenção do governo imperial para melhorá-lo e o apaziguamento dos conflitos entre brasileiros e paraguaios fez com que a região fosse quase esquecida no ponto de defesa militar.

Somado a isso, Bragueto (1996) explica que a promessa feita para a população que ocuparia a região era de “um terreno no rocio (quadro urbano) e outro fora do rocio, de 250.000 braçais, após três anos de permanência” (BRAGUETO, 1996, p. 148), não foi cumprida, afastando as pessoas que desistiam de povoar a Colônia Militar.

Fresca (2004) aponta que outra frente de expansão do Norte do Paraná, de importância superior a da Colônia de Jataí foi a vinda de mineiros nos meados do século XIX, que trabalhando como tropeiros no caminho Viamão-Sorocaba, tinham tomado conhecimento da existência de áreas férteis e desocupadas no norte paranaense.

Este fluxo de migrantes mineiros se intensificou na década de 1940 devido principalmente as crises da mineração trazendo esta força de trabalho em sua maioria para as áreas de produção cafeeira, que já estavam consolidadas. Porém, havia ainda aqueles que procuravam regiões mais longínquas na busca de grandes áreas em que poderiam continuar com os hábitos de criadores.

Bragueto (1996) junto com Fresca (2004) explica que nem toda a população que ocupava o norte do Paraná no século XIX estava diretamente ligada aos latifúndios, pois existiam ainda pequenos sítiantes e posseiros que mantinham uma relação com os latifundiários através da venda de seus produtos a eles.

Entre as aglomerações mineiras que foram construídas se pode destacar, Colônia Mineira, fundada em 1862, hoje Siqueira Campos, Tomazina, criada em 1865 e São João da Boa Vista, construída em 1867. Estas áreas não demonstraram muito sucesso na cafeicultura devido principalmente a circulação da produção, já que, estavam alojadas em áreas que não possuíam fácil comunicação com o resto do Paraná e com São Paulo.

Desta maneira, não instalaram uma agricultura de mercado, e sim predominando principalmente a criação de porcos e o cultivo de algodão, arroz, feijão e fumo.

Portanto, este início do povoamento da região, a partir de meados do século XIX, ocorre quando os mineiros cruzaram o médio e alto curso do Itararé, tendo como base de penetração a zona paulista de povoamento antigo. Eram homens que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, tendo como principais recursos a criação de porcos, tradicional em Minas Gerais. (BRAGUETO, 1996, p. 151)

Outra frente demográfica que demonstrou importância na ocupação paranaense foram os que vieram dos Campos Gerais, no sul do Paraná, da área conhecida como Paraná tradicional, na parte Sul do estado.

Bragueto (1996) utiliza dos estudos de Bernardes e aponta que esta foi à primeira penetração no Terceiro Planalto a oeste do rio Tibagi, que apresentava como ponto de apoio a vila de Queimadas, atual Ortigueira e chegou ao Terceiro Planalto ao norte do rio Alonzo, afluente do Ivaí, nas proximidades de Faxinal de São Sebastião.

Valverde (1957) explica que Tibagi exercia função de centro de mineração e de apoio a circulação dos tropeiros que iam do Paraná a Mato Grosso. Esta frente demográfica avançou até a zona de São Roque (ex parte de Londrina e atual município de Tamarana, que iremos discutir) e Marilândia, porém se paralisou por volta dos anos de 1930 devido a dois motivos: a força da frente pioneira que rumava à região de Londrina nos anos de 1932 e a construção da indústria de papel e celulose Klabin S. A., de Monte Alegre (atual Município de Telêmaco Borba).

Para Bragueto (1996) a frente pioneira de fato, aconteceu em diferentes momentos nas diferentes subdivisões do norte paranaense, sendo que, a ocupação do Norte Pioneiro acontece no início do século XX com a ampliação da criação de porcos e do cultivo do café que se expandiu pela região, mudando a economia da mesma.

A suinocultura no Norte Pioneiro era, segundo Fresca (2004) realizada através do sistema de safra, e foi à atividade mais importante devido, principalmente, a facilidade de escoamento da produção.

Bragueto (1996) acrescenta que a elevada produção suína atraiu investimentos paulistas que implantaram grandes frigoríficos na região, como foi o caso da firma Francisco Matarazzo que se instalou em Jaguariaíva no ano de 1924, entre outras firmas como, a Armour, Swift, Mengue Barros, Santo Antônio Ltda.

A ampliação da produção de café na região ocorreu com o deslocamento da ocupação para o Terceiro Planalto, através de investimentos paulistas que tiveram como ponto de partida Ourinhos-SP e atingiu a Estrada de Ferro Sorocabana em 1908. Bragueto (1996) explica que a proximidade dos trilhos foi suficiente para que o povoamento aumentasse sendo fundada Jacarezinho (1900) e Cambará (1904).

Devido à inexistência de adequados transportes e de alocação do café, até a década de 1920, os custos para a produção do café se elevavam e dificultava a expansão cafeeira.

Desta maneira, até a referida data, a maioria das terras da região ainda estavam recobertas de mata, sendo que, de toda a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no norte paraense, 47,9% da área era florestas, 13,3% eram cultivadas, sendo 5,7% café e o restante dividido entre arroz, milho, trigo, batata inglesa, mandioca, cana-de-açúcar, fumo, mamona, feijão e algodão. A maior parte das terras restantes eram ocupadas pela criação de porcos seguida pela criação bovina. (BRAGUETO, 1996, p. 157).

A produção cafeeira começou a expandir principalmente depois da primeira década do século XX, porém, com uma participação da produção nacional ainda baixa em 1924, já que, conforme Padis (1981) neste mesmo ano, o Paraná possuía 17 milhões de pés de café enquanto que a do estado de São Paulo possuía 800 milhões.

Entre os principais motivos apontados por Padis (1981) sobre a baixa produção de café no estado do Paraná influenciou a relação entre o deslocamento do café em função da renda da terra, já que, os melhores solos estavam localizados em sua maioria em áreas longínquas dos mercados.

Segundo Bragueto (1996), a chave para a compreensão da incorporação das terras norte paranaense à cafeicultura é compreender o rompimento que houve na relação entre as piores localidades e as áreas mais

férteis, ou seja, houve uma evolução na infraestrutura da circulação da produção que fez com que assegurasse o transporte com fretes mais baixos que aumentavam a lucratividade. Esta relação real somente aconteceu na segunda metade da década de 20, com a ferrovia São Paulo-Paraná, estacionada em Cambará.

Já a frente pioneira no Norte Novo, região que contém a área de estudo deste trabalho, apresentou, conforme Bragueto (1996) uma colonização típica capitalista, realizada principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná e também por meio do governo do estado que proporcionou, através de políticas de colonização, a incorporação das terras livres para as iniciativas do capital.

O autor explica que estes dois agentes agiam inter-relacionados, porém, houve períodos em que cada um deles apresentou maior destaque. Deste modo, se pode apontar que de 1920 a 1930, houve grandes concessões de terras devolutas a particulares, para que houvesse a divisão e venda dos lotes aos colonos interessados.

Nos anos pós 1929, o autor destaca que possuidoras de grandes lotes de terra no Norte Novo, a Companhia de Terras Norte do Paraná, realizou um empreendimento imobiliário de enorme dimensão.

Já no início dos anos de 1940, houve uma maior atuação do estado, repassando áreas remanescentes para pequenas companhias loteadoras particulares e fazendo colônias estaduais até o final da ocupação da região, após 1960.

Muller (2007) explica que a frente pioneira da área de estudo deste trabalho foi realizada pela ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), após 1929, realizado por meio do capital inglês.

A companhia, segundo Bragueto (1996) adquiriu, entre 1925 e 1927, uma quantia de terras contínuas de 515.017 alqueires (1.246.333,8 hectares) e em 1944, outra grande gleba de 29 mil alqueires (70.180 ha) assim, chegando a um total de 544.017 alqueires de terra (1.316.521 ha) que corresponde a cerca de 13 mil quilômetros quadrados.

Cambiaghi (2007) e Müller (2007) apontam que esta colonização realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi possível devido à experiência adquirida por esta empresa na colonização do Sudão Anglo-Egípcio.

Com os investimentos africanos bem sucedidos, os incorporadores e técnicos ingleses tiveram a visão de expansão agrícola que estava reservada a esta região em questão, realizando um dos empreendimentos mais notáveis de obras de colonização no Brasil.

Em julho de 1929, a Companhia tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de “capital” da zona por ela colonizada: Londrina. Aí instalados os escritórios da Companhia, em verdadeira clareira aberta na mata virgem, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização núcleos urbanos. (MÜLLER, 2007, p. 39).

Cambiaghi (2007) e Monbeig (2007) defendem que as rodovias e as ferrovias tiveram papéis importantíssimos no que diz respeito à proximidade das produções agrícolas com as cidades.

Para Padis (1981) esta premissa é verdadeira, pois as estradas construídas faziam com que as produções agrícolas ficassem afastadas no máximo a 3 km de uma grande estrada, na maioria das vezes construídas seguindo o espigão, o que contribuía também para facilitar a delimitação dos terrenos, com os lotes dispostos e articulados junto a estrada.

Outro critério exposto por Monbeig (2007) é que as estradas de ferro e de rodagem, além de demonstrarem relevância econômica demonstraram importância para o povoamento, pois, apoiavam no delineamento dos lotes e influenciavam na localização das aglomerações que eram construídas, sendo assim, se pode concluir que, “... a estrada de rodagem, mais do que a água, decide a constituição da estrutura fundiária”. (MONBEIG, 2007, p. 11).

Havia assim uma regularidade nas distâncias entre os municípios do norte do Paraná entre suas estações, fazendo com que segundo Bragueto (1996) e Moinbeg (2007), as cidades ficassem próximas uma das outras, como pode ser visto na distância de 13 km entre Londrina e Nova Dantzig (atual Cambé), 12 km de Nova Dantzig e Rolândia e 15 km entre Rolândia e Arapongas.

A ideia central era de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica – especialmente comercial e de serviços – e assim surgiram Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), mais ou menos equidistantes entre si. Em torno destes centros urbanos, razoavelmente bem dotados de atividades do setor terciário – surgiu mais de uma centena de cidades. (BRAGUETO, 1996, p. 170).

Os lotes vendidos apresentavam tamanhos diferentes, dependendo da localização, sendo que, os mais próximos aos núcleos urbanos eram de 1 a 5 alqueires, e segundo o autor os mais distantes atingiam superfícies acima de 10 alqueires.

Bragueto (1996) apoiado em Padis (1981) e nos dados da Companhia de Terras destaca que a média das propriedades era de 13 alqueires no período de 1930 a 1974, porém, é necessário salientar que, mesmo em menor quantidade havia ainda a venda de propriedades médias e grandes.

Para Monbeig (2007) e Bragueto (1996), a CTNP estava interessada em retirar a maior renda fundiária possível. Para isto, ela realizou no começo a venda de pequenos lotes de terra (10 a 15 alqueires), pois, era esta a capacidade de aquisição que a maioria dos colonos possuía, porém com o tempo, a evolução produtiva da área e o crescimento demográfico da região foram atraindo mais compradores e assim vendendo cada vez mais propriedades tanto médias quanto grandes.

Deve-se salientar segundo Paulino (2006) a CTNP realizou a maior parte da ocupação do Norte Novo, porém, não se deve considerar que se não fosse ela esta área estaria desabitada e improdutiva por muito tempo, já que os processos de colonização da região já indicavam que em um curto período de tempo este local seria sujeitado ao capital, ao mesmo tempo em que, além da CTNP havia outros agentes que realizavam o processo de ocupação da região.

A última fase de frente pioneira tratada por Bragueto (1996) e Fresca (2004) é a que ocorre no início de 1940 e vai até os anos de 1970 na área do Norte Novíssimo e que apresenta muitas características parecidas com o processo ocorrido e discutido no Norte Novo.

Ambas as porções do norte do Paraná tiveram sua frente pioneira realizada em grande parte pelas Companhias Imobiliárias (Companhia de Terras

Norte do Paraná, Companhia Colonizadora Santa Cruz, Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz, Empresa Colonizadora do Norte do Paraná Ltda., entre outras) e pela ação do estado, com uma grande proliferação de núcleos urbanos, dando maior destaque para Paranavaí, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão.

Nesta área, assim como no Norte Novo, o cultivo de café foi o principal motivo para a rápida colonização, porém, diferente da outra área referida, o Norte Novíssimo possuía áreas com terras de constituição arenosa, como é o caso da colônia de Paranavaí, que não demonstravam tanta fertilidade e prejudicavam o cultivo do café. Além disto, esta região estava "... acrescida pelas maiores distâncias dos mercados para colocação da produção agrícola, Apucarana e Londrina". (BRAGUETO, 1996, p. 190).

O afluxo de população para esta região foi alto, sendo em sua maioria, originários do norte paranaense e mesmo com os obstáculos naturais para a produção de café, houve um crescimento de forma acelerada, abrindo novas áreas e consolidando antigas ocupações, fazendo com que até 1960 o café já ocupasse 64% das terras do Norte Novíssimo.

Esta divisão do Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo foi fundamental para a regionalização das mesorregiões geográficas realizada pelo IBGE em 1989, pois, a ocupação socioeconômica das regiões foi um dos critérios levados em consideração.

2.2 A CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

A palavra "município" provém, segundo Birkholz (1979), de duas palavras latinas, *munia* (prerrogativas) e *capere* (conservar), entendendo assim o município como a unidade administrativa de uma localidade que tem como função conservar as suas prerrogativas.

Segundo Birkholz (1979), o Município pode ser conceituado sob três aspectos distintos: o sociológico, o político e o jurídico. Pelo sociológico, pode-se entendê-lo como um agrupamento de pessoas de um mesmo território que possuem interesses comuns e afetividades recíprocas, o que faz com se unam em uma sociedade para satisfazer as necessidades individuais e coletivas de peculiar interesse local.

No político, segundo a perspectiva do autor, o Município brasileiro seria a entidade estatal de terceiro grau na ordem federativa, com atribuições e governos autônomos que estão diretamente ligados ao Estado-Membro por “laços constitucionais indestrutíveis”.

Na perspectiva legal, esta unidade administrativa seria como uma pessoa jurídica de direito público podendo exercer direitos e deveres em seu nome, respondendo logicamente pelos atos de seus agentes.

Com base na Constituição de 1988, o Município seria o lugar onde funciona a administração municipal, é a sede do governo Municipal, territorializada na Prefeitura.

Seu foro seria a Comarca a que pertence seu território e como entidade estatal possui autonomia político administrativo, no que diz respeito à eleição de seus governantes e as decisões dos negócios de seu peculiar interesse, como a decretação e arrecadação de seus tributos, aplicação de suas rendas e organização de seus serviços.

A criação de um novo município ocorre quando há um desmembramento territorial e administrativo de um Distrito com relação ao município da qual faz parte.

De acordo com Frata e Peris (2007), o processo de emancipação municipal no Brasil iniciou-se na década de 1940, intensificando-se na década de 1950 e 1960, apresentando um período de estabilidade entre 1970 e 1980, devido às restrições aplicadas pelos governos militares. E a partir de meados da década de 1980 e na década de 1990 que se reiniciam os processos emancipatórios mais intensamente.

Para se ter uma ideia da proporção desse processo Bremaeker (1996) aponta que em 1940 existiam no Brasil 1.574 municípios, já em 1950 foram criados mais 315, totalizando 1.889 unidades.

Entre os anos de 1950 e 1960, o número de municípios cresceu mais 877, compondo um número total de 2.766 municípios. A partir de 1960, registrou-se um crescimento bastante acentuado no número de novos municípios, sendo que em setembro de 1960, na época da realização do censo, existiam 2.766 municípios e de forma impressionante em 31 de dezembro de 1960 este

número já ascendia para 2.855 municípios, ou seja, 89 unidades foram criadas em apenas quatro meses.

A autora coloca ainda que no ano de 1961 foram emancipados mais 286 municípios, sendo que em 1962 o número de novos municípios foi de 492 unidades e em 1963 foram 681 municípios, com número total de 4.235 unidades.

A partir de 1964, sob o regime militar, não apenas começou-se a frear o processo de criação, como também chegaram a ser extinto muitos novos municípios criados em anos anteriores. O saldo de municípios ao final de 1964 era de 4.115 unidades. No ano de 1965 este número sofre uma queda e vai para 3.957 municípios. E em 1970, quando da realização de um novo recenseamento, o número vai para 3.952 unidades.

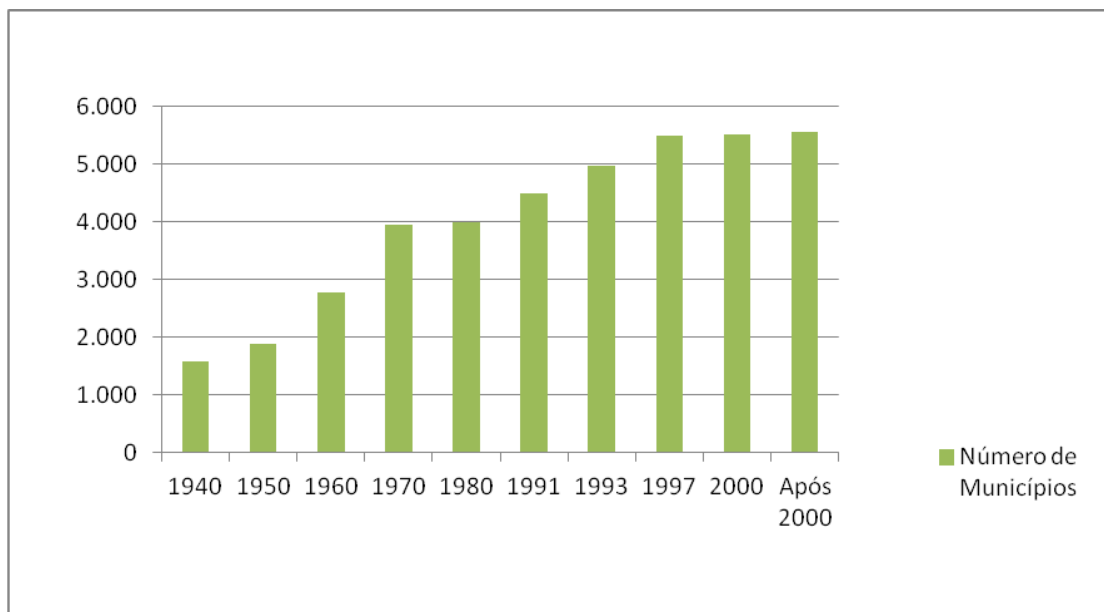
Segundo Bremaeker (1996), no período compreendido entre 1970 e 1980, ocorreu ainda à extinção de um município e foram criados outros 40 municípios, fazendo com que em 1980 fosse registrada a existência de 3.991 unidades.

No começo da década de 1980, teve início o processo de encerramento do regime militar, regressando a criação acentuada de novos municípios. Bremaeker (1996) explana que muito embora se queira culpar o texto constitucional de 1988 como excessivamente permissionário, pois passava aos Estados a definição dos critérios para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos anos que antecederam a promulgação da Constituição, haviam sido criados e instalados 186 novos municípios, sendo que 247 outros municípios já haviam iniciado os seus processos de desmembramento, vindo a concretizá-los apenas no ano de 1989. Em 1990, foram instalados outros 67 municípios.

Deste modo, Bremaeker (1996) expõe que em 52 anos (1940 a 1992) foram criados 2.912 municípios, enquanto que em 4 anos (1993 a 1997) instalou-se 1.016 novas administrações provocando neste curto período de tempo, importantíssimas transformações na geografia político administrativa brasileira.

Com a atualização dos dados juntos ao IBGE, nota-se que no período de 2000 a 2010 foram criados somente mais 58 unidades administrativas, demonstrando assim um equilíbrio nas duas últimas décadas. (Figura 1).

Figura 1 - Evolução da Criação de Municípios Brasileiros de 1940 a 2000



Fonte: IBGE (2010)

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Para a compreensão mais completa de cada período deste com foco no estado do Paraná dividiremos em 4 fases: a primeira de 1927 a 1947, a segunda de 1947 a 1967, a terceira de 1967 a 1988 e a quarta de 1988 a 1996.

Nesta primeira fase, pode-se notar uma forte diferença entre os critérios legais de emancipação de localidades no Paraná, pois na Constituição Paranaense de 1927 para a criação de um município seria necessário ter no mínimo 10 mil habitantes, uma renda anual mínima de 20 contos de reis e a decisão de uma Assembleia Legislativa que votasse.

Por sua vez em 1935 os critérios se tornam mais rigorosos, sendo necessário uma população mínima semelhante, entretanto, com 50 contos de réis de renda anual mínima e possuir uma sede, além, logicamente, da Lei Estadual.

A explosão do número de municípios no Paraná inicia-se segundo Alves (2006) a partir de 1947, pois até este período, o ritmo de crescimento de novos municípios era relativamente lento, e em sua grande maioria, concentravam-se próximo a região de Curitiba.

Com a Constituição Paranaense de 1947 extingue-se a necessidade de sede, renda anual e população mínima, mantendo apenas a decisão de uma Lei Estadual. Assim, ampliasse a possibilidade emancipacionista no Estado, delegando as Assembleias Legislativas do Paraná (ALEP) uma total autonomia.

Esta condição legal favorável, somada a posição dos governadores no pós 1947 de emancipar cada vez mais cidades no estado do Paraná engrena ainda mais a criação de municípios.

Na segunda fase, de 1947 a 1967, Alves (2006) concorda com Kunhavalik e Rocha Neto (2004) de que em um contexto geral a explosão de novos municípios paranaense foi uma consequência lógica do aumento populacional e do também, crescimento econômico pelo qual o Paraná passou, além de ser uma estratégia política de ocupação do estado.

Alves (2006) com base em dados do IPARDES coloca que nos governos de Moysés Lupion (12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951) e Bento Munhoz da Rocha Netto (31 de janeiro de 1951 a 1 de maio de 1955) o projeto administrativo estava pautado na proposta de construir uma identidade territorial e populacional no estado, com base no crescimento da população no Norte e a expansão para o Oeste do estado e a formação de uma estrutura físico-administrativa para o governo da Capital.

No final da década de 50 e começo da de 60, Kunhavalik e Rocha Neto (2004) explica que a mentalidade dominante era a de quanto maior a quantidade de municípios para recorrer aos recursos federais, melhor seria, fazendo com que de 1956 a 1965 a quantidade de novos municípios fosse de 112.

Desta forma, de modo geral, alguns pontos podem ser destacados para a compreensão da divisão territorial interna do estado neste período, as instituições delimitadoras que desejavam ocupar o estado, as instituições processuais que utiliza de critérios menos rígidos, após 1947, para as emancipações e as instituições estimuladoras que visavam o aumento dos recursos financeiros federais.

Em novembro de 1967, a Lei complementar federal nº 01, volta a centralizar as decisões emancipacionistas na esfera da União e praticamente cessa o ritmo da divisão territorial no Brasil e, respectivamente no Paraná.

Desta forma, conforme análise de Carvalho (2002) a terceira fase que vai de 1967 a 1987 marca-se como um período que, devido a alteração do contexto institucional que se impõe, modificam-se as regras e estratégias para a criação de municípios. Para ter-se uma ideia de Novembro de 1971 a Março de 1987 são criados ao todo 26 municípios.

Com toda esta evolução nas emancipações paranaense, o estado acabou demonstrando maior (em porcentagem) desmembramento de municípios que o próprio Brasil como um todo de 1950 a 1997, como pode-se ver na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Evolução da Quantidade dos Municípios no Paraná e Brasil.

	1940	1950	1960	1970	1980	1997	2010
Municípios/Brasil	1.574	1.889	2.768	3.952	3.974	5.448	5.565
Municípios/Paraná	49	80	162	288	290	399	399
Evolução Brasil	-	20%	47%	43%	0,60%	37%	2%
Evolução Paraná	-	63%	102%	78%	0,70%	38%	0%

Fonte: IBGE (2010)

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia

O processo de desaceleração da criação de municípios o Brasil cresceu apenas 2% de 1997 a 2010 com apenas 117 emancipações e o Paraná, nenhuma.

Esta evolução é perceptível em como o território foi “cortado e recortado” e como se delimitou o município de Londrnia, nos mapas de 1924 (Mapa 2), 1940 (Mapa 3), 1951 (Mapa 4), 1970 (Mapa 5) e o mapa atual (Mapa 6).

O Mapa 2 de 1924 demonstra os 56 municípios paranaenses da época e suas delimitações.

Mapa 2 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – 1924



Fonte: ITCG, 2003.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

No mapa 3 percebe-se poucas alterações, sendo a que merece destaque é que em 1940 existiam menos municípios do que 1924. Isso ocorreu, segundo PARANÁ (1997), pois os municípios de São Domingos, Porto de Cima, Açungui de Cima, Bom Jardim, Palmyra e Conchas extinguíram-se e se anexaram aos municípios limítrofes.

Além destes:

Deixaram de figurar no quadro político-administrativo de Estado, municípios tradicionais como Guaratuba e Guaraqueçaba, que foram anexados a Paranaguá. Entre Rios, anexado a Palmeira e Teixeira Soares, Rio Branco, Colombo e Tamandaré, anexados a Cerro Azul e, finalmente, Campina Grande do Sul anexado a Piraquara. Assim, o Decreto Lei nº 7573 de 12 de novembro de 1938, que estabeleceu a nova Divisão Territorial do Estado, foi publicado com os 49 município sugeridos pela Comissão. (PARANÁ, 1997, p.5).

Mapa 3 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná - 1940



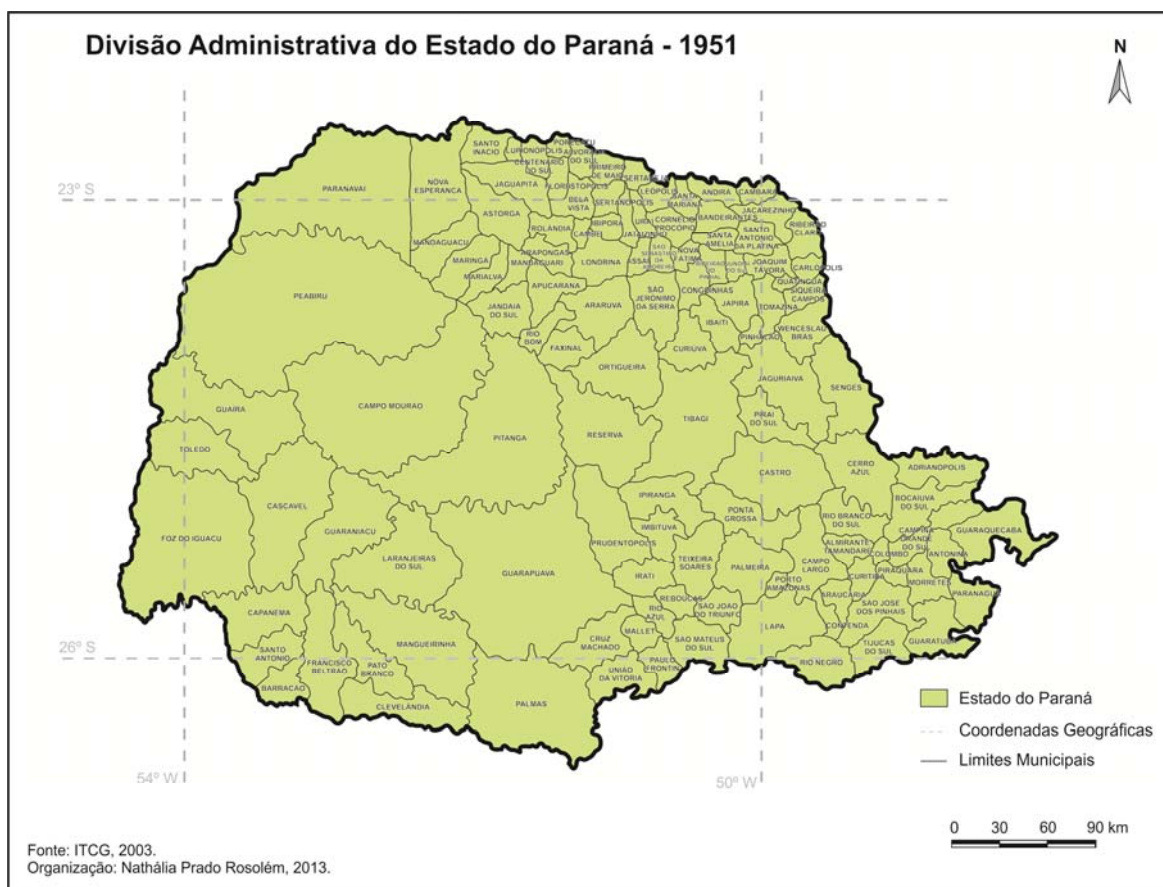
Fonte: ITCG, 2003.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

No Mapa de 1951 percebe-se a volta do crescimento na quantidade de municípios no Paraná, onde 119 municípios passaram a compor o quadra territorial do estado.

Um desmembramento que merece destaque é o de Londrina que em 1943 divide seu território para criar Apucarana e Rolândia e em 1947 Cambé.

Mapa 4 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná - 1951

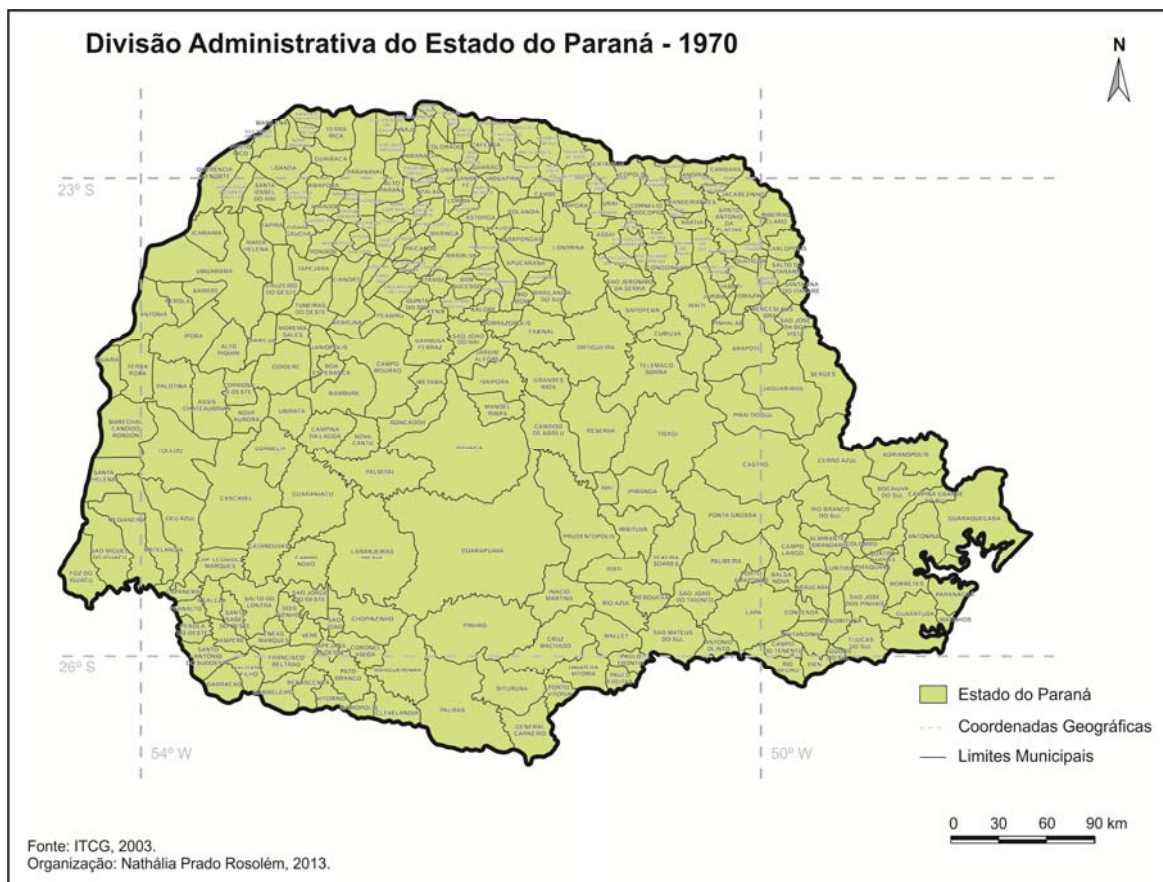


Fonte: ITCG, 2003.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

No Mapa 5, percebe-se a quantidade de Municípios que chega a 288 intensificando as emancipações, conforme discutido anteriormente, aumentando principalmente na região norte do estado, onde encontra-se o maior número. Outra região que merece destaque é a sudoeste, onde percebe-se a subdivisão dos maiores municípios, principalmente no limite com o estado de Santa Catarina

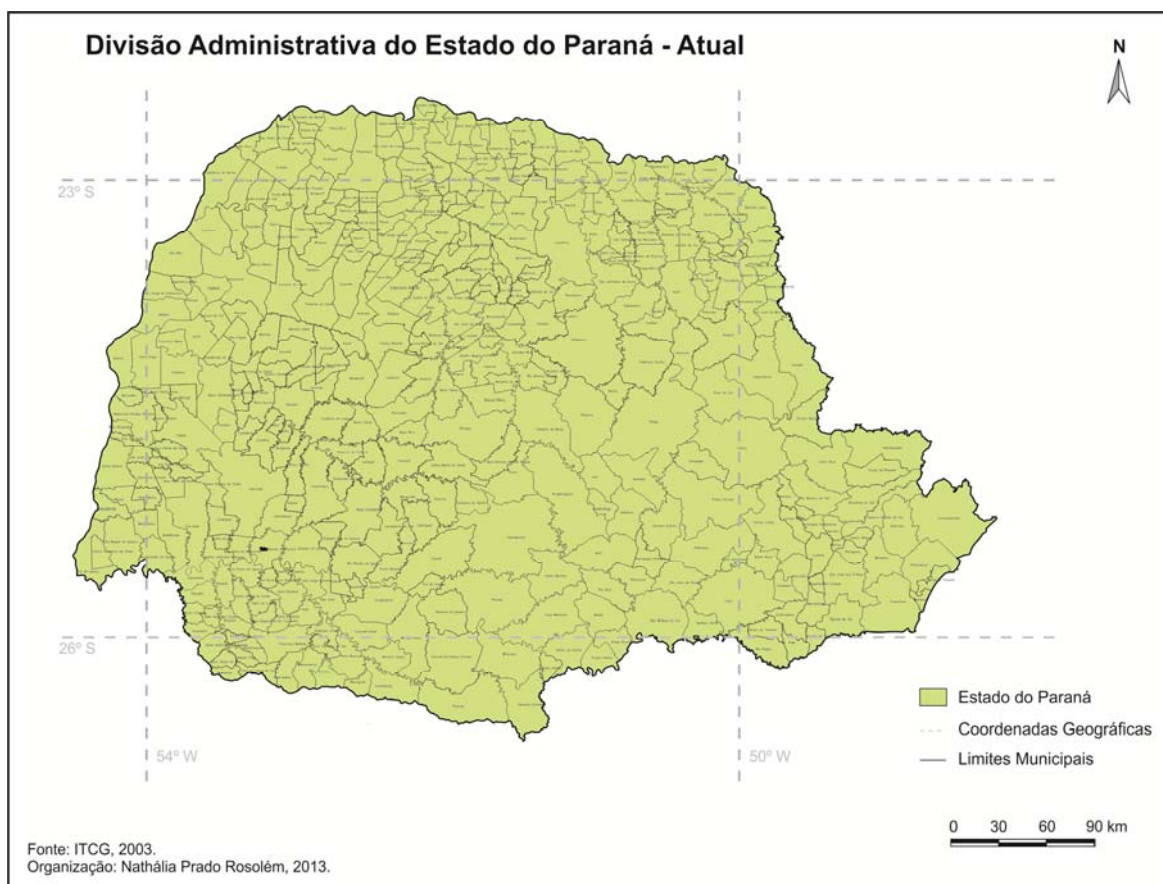
Mapa 5 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná - 1970



Fonte: ITCG, 2003.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

E, por fim, no mapa atual que tem destaque a enorme quantidade de municípios chegando a 399 e também o último desmembramento de Londrina de 1997, em que emancipou-se Tamarana, que será discutido também neste trabalho.

Mapa 6 - Divisão Administrativa do Estado do Paraná – Atual

Fonte: ITCG, 2003.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

Conforme análise de Citadini (1998) com a promulgação da Constituição de 1988 os municípios passaram a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira.

A Constituição atribui aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos Estados. Em contrapartida, amplia a esfera de obrigações de prestação de serviços públicos essenciais, que passaram a ser de responsabilidade dos municípios.

Por meio dela, há a descentralização do poder de decisão do Estado brasileiro, conferindo novas prerrogativas e responsabilidades aos Estados e municípios, tendo esses últimos como principais beneficiários.

O município que até então era apenas um componente dos Estados, passa a ter o *status* pouco comum de unidade da Federação dotada de

autonomia política, administrativa, financeira e normativa. Como explicam Braga e Pasteis (2003, p. 02):

A autonomia política garante ao município o direito de eleger o respectivo Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e se auto-organizar mediante a elaboração de lei orgânica própria. *A autonomia administrativa* possibilita ao município organizar os serviços locais, criar órgãos da administração direta e indireta. *A autonomia financeira* assegura ao município a possibilidade de instituir e arrecadar seus tributos, além de aplicar seus recursos. *A autonomia normativa* assegura a capacidade de elaborar suas próprias leis, no limite de sua competência constitucional.

Na atualidade, as funções políticas-administrativas dos municípios no Brasil que são destacadas pela atual Constituição, não se restringem, segundo Favero (2004) apenas à atuação nas cidades, estende-se a totalidade do território urbano e rural e em tudo que afeta ao bem estar da sua comunidade.

Cigolini (2001) utiliza de três causas para entender as emancipações no Paraná no final do século XX, política, econômica e jurídica. A primeira está relacionada às justificativas que os deputados estaduais declaravam para as Assembleias Legislativas para emancipar que seria a existência de condições econômicas favoráveis, o desejo da comunidade local expresso por plebiscito e o cumprimento dos requisitos legais, entretanto, o autor atenta-se a dificuldade de comprovar a veracidade destas informações devido a inexistência de dados coletados, principalmente, com relação as condições econômicas. “Assim, as justificativa sob as quais são criados os municípios são questionáveis e, acreditamos, podem esconder os reais objetivos dos processos emancipatório” (CIGOLINI, 2001, p.53).

Ainda com relação a esta causa, deve-se levar em consideração o vínculo eleitoral originado nestes novos municípios com o autor do projeto para sua emancipação.

Com o critério de ordem econômica, Cigolini (2001) aponta o interesse do poder local em criar nos municípios para uma arrecadação de recursos financeiros que são repassados do estado pelo ICMS, e a União com o FPM, sendo visto pelo autor, como um dos principais motivos. E o de ordem

jurídica que esta relacionada aos requisitos mínimos necessários para a criação do município estabelecido pela lei estadual, Lei Complementar nº 56/91.

Moura, Ultramari e Cardoso (1995) concordam que a emancipação está atrelada ao controle do poder, território e dos recursos desses novos municípios além da ampliação de espaços de poder pelos líderes locais e dos Deputados Estaduais.

Tomio (2002) aponta a existência de quatro atores políticos envolvidos no processo decisório estadual de municípios. Os primeiros são as lideranças políticas locais, grupos ou indivíduos que residem na localidade, na maior parte dos casos, e manifestam a prerrogativa de iniciar o processo legal emancipacionista.

Diante do interesse destes primeiros atores, suas estratégias são as de organizar os eleitores locais para a realização do plebiscito e unir-se a um ou mais deputados estaduais para que o processo emancipatório se realize, pressionando assim as Assembleias Legislativas e o poder Executivo, em troca, segundo Tomio (2002) da promessa de retribuição com votos a iniciativa emancipacionista somado a ameaça de retaliação por parte dos eleitores a quem se opor a iniciativa.

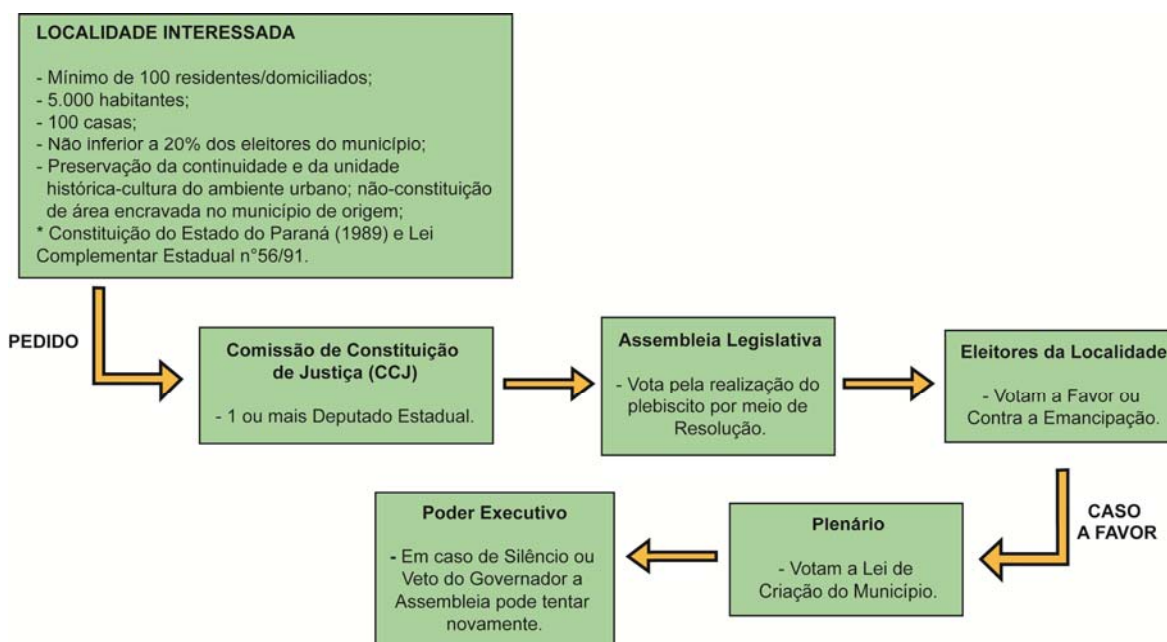
O segundo ator são os eleitores da localidade que por meio do plebiscito se manifestam contra ou a favor da criação do novo município, estes são de fundamental importância, pois a falta de quorum no plebiscito anula o processo emancipacionista.

Em seguida, os deputados estaduais seriam pelo proposta do autor o terceiro ator, pois possuem os instrumentos para controlar o processo legislativo das emancipações em virtude das regras instituídas. Efetivamente, este ator em particular participa de todas as fases dos processos, interagindo com os outros atores e dominando, formalmente, o direito de interromper o processo a qualquer momento.

Tomio (2002) salienta ainda que o principal interesse dos deputados estaduais seria o de dar continuidade as suas carreiras políticas, usando as leis de criação de municípios como leis distributivas para suas bases eleitorais e barganhando sua aprovação perante outros deputados.

Por fim, o último ator seria o Executivo Estadual, ou seja, o Governador, que diretamente, veta ou aprova a lei de criação do município, conforme se pode entender por meio do quadro a seguir. Esta dinâmica pode ser entendida de forma mais específica conforme o esquema da Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Processo de Emancipação de um Município



Fonte: Alves, 2006.

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Com esta figura compreendemos a ação de cada um dos agentes expostos por Tomio (2002) que além do interesse político de alguns participantes do poder estadual e até mesmo local, há também o interesse financeiro.

Segundo Zmitrowicz e Biscaro (1998), as gestões públicas da União, estado e município são financiadas por recursos gerados nos municípios que coletados pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais formam um agregado de recursos que são partilhados para cada uma destas hierarquias.

O autor completa que o município necessita de recursos públicos para uma execução viável de seus serviços e as principais fontes financeiras de uma Prefeitura são Recursos de fontes próprias, os de transferências feitas pela União e pelo Estado e de Empréstimos e Financiamentos.

Os Recursos de fontes próprias são os tributos em que se inclui o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços (ISS), o

Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) e o Imposto sobre Tramição de Bens Imóveis (ITBI).

Já os realizados pela União e pelos estados partilhados são o Imposto de Renda (IR), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Fundo de Participação dos Estados (FPE) e por último, sendo o de maior destaque neste trabalho o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tomio (2002), Zmitrowicz e Biscaro (1998) e Cigolini (2001) concordam que dentre os motivos emancipacionistas, talvez o mais forte seja a possibilidade do recebimento de receitas provenientes desta divisão tributária nacional, em especial, a enorme fatia do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O FPM é uma transferência redistributiva incondicional, obrigatória e sem contrapartida paga pela União a todos os municípios do País. É a segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para o repasse do ICMS dos estados para os municípios.

Este Fundo teve sua origem na Constituição de 1946, mas recebe esta denominação somente na Constituição de 1967 e manteve na Constituição atual de 1988.

Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008) o FPM é decomposto em três partes, FPM – Capitais, formado por 10% do total do FPM e distribuído para as 27 capitais brasileiras. FPM – Interior, composto por 86,4% dos recursos do FPM total e distribuído para todos os municípios, exceto as capitais. FPM – Decreto-Lei No 1.881/81: trata-se de um adicional, de 3,6% do total do FPM, destinado aos municípios do interior com mais de 156.216 habitantes.

[...] o critério assim definido, é um prêmio à emancipação de municípios com pequenas populações em detrimento de situação financeira dos demais municípios. No caso hipotético de um município com população de 10.000 habitantes se dividir em dois, cada qual com 5.000 habitantes, a transferência 'per capita' do FPM, para cada um deles dobraria. Para os demais municípios do Estado, entretanto, o FPM será recebido descontado dos recursos destinados ao novo município, já que a participação deste Estado na distribuição do FPM é fixa e corresponde a cota estabelecida em legislação federal. (RIBEIRO, 1998, p. 78).

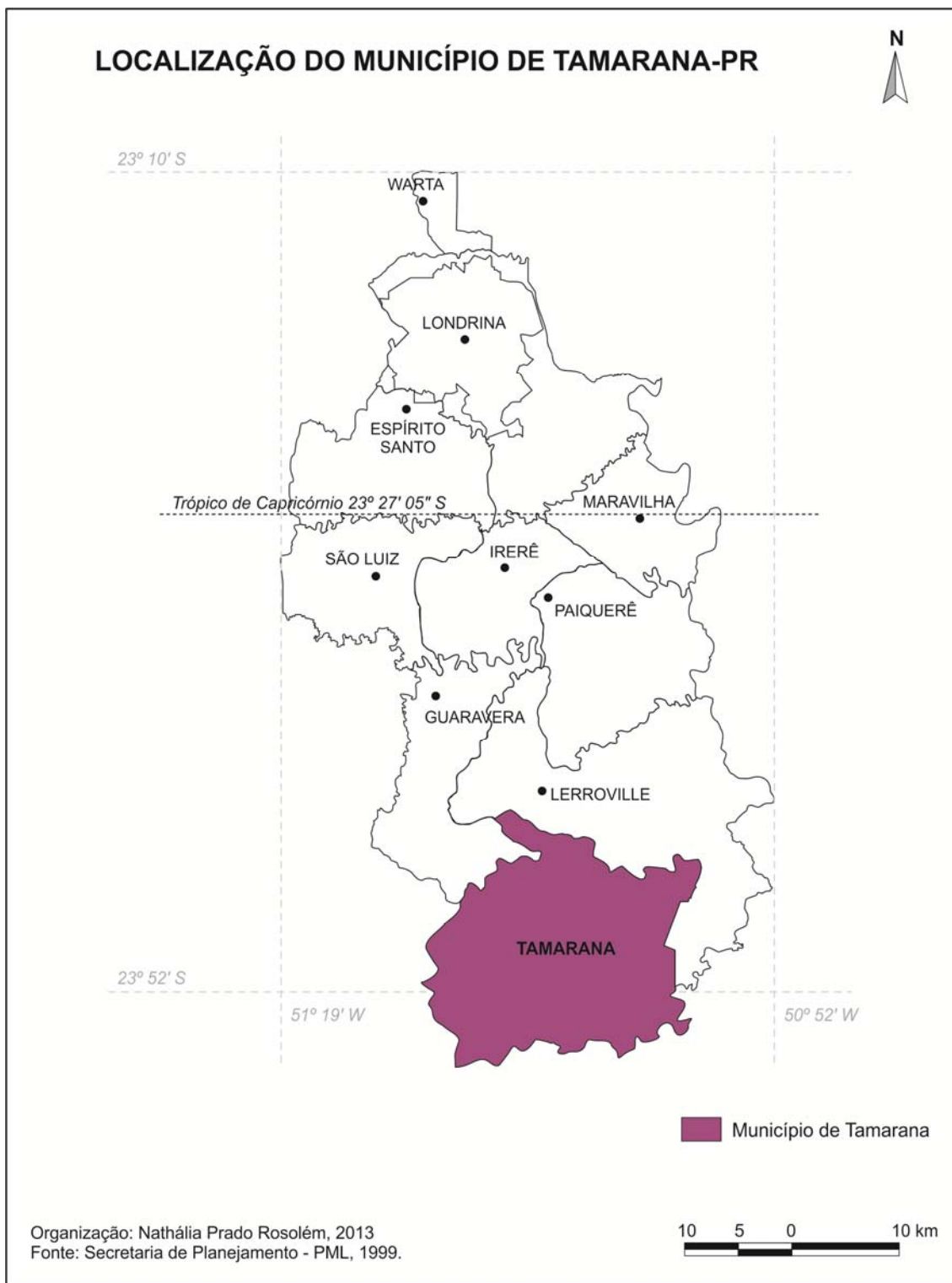
Dos 1045 municípios instalados no Brasil de 1994 a 1997, já expostos anteriormente, 1.329, aproximadamente 95% do total, tem menos de 20 mil habitantes. Atualmente, segundo informações do IBGE (2010), a proporção dos municípios com menos de 5 mil habitantes no total de municípios do Brasil é de 25,40 % e com até 10 mil habitantes, quase 50%, ampliando-se o grupo para os municípios de até 20 mil habitantes, a proporção no total chega a 75%.

A título de exemplo e trazendo mais próximo a realidade territorial do trabalho em questão, devemos destacar a emancipação de Tamarana-Pr, que foi Distrito de Londrina até 1995. (Mapa 7).

Oliveira (2008) explica que o município de Tamarana não foi construído pelo trabalho de empresas colonizadoras que atuaram no Norte do Paraná, pois começou a ter seus núcleos urbanos formados anteriormente ao de Londrina, fruto da ação de safristas vindos do sul do Estado e de proprietários paulistas a partir de meados da década de 1910.

O município, antes de ser parte de Londrina, fazia parte do município de Tibagi, tendo o nome de Distrito de São Roque (Decreto lei n.º 2.713), sendo somente em 1939, desmembrado e anexado a Londrina, assumindo o nome de Tamarana através do Decreto Lei n.º. 199.

Mapa 7 - Localização do Município de Tamarana-PR



Fonte: Secretaria de Planejamento, 1999.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

Segundo Ferreira (2006) a escolha deste nome foi uma sugestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), para evitar transtornos e confusões com o município de São Roque pertencente ao estado de São Paulo.

Este processo de anexação a Londrina se deve a aproximação territorial e a forte relação que Tamarana apresentava com o município, sendo exposto por Oliveira (2008) que no período em que pertencia ao município de Tibagi, o Distrito enfrentou a pior fase em suas condições socioeconômicas.

Oliveira (2008) aponta que houve pelo menos cinco tentativas de emancipação antes da definitiva lei que criava a cidade, estas foram em 1965, 1971, 1973, 1975 e 1991, e são confirmadas pelos entrevistados. Entrevistada n° 3 “Se bem me lembro foram mais de 3 vezes que tentamos criar Tamarana, o abandono de Londrina era tanto que quase todos os anos tentávamos...”

A autora explica que os principais motivos para tentar a criação do município estavam relacionados a este “abandono” citado, pois existiam uma grande precariedade nas condições de infraestrutura e saneamento na localidade.

O entrevistado n° 8 acrescenta ainda que: “As famílias que tinham e tem muitas terras em Tamarana não gostavam da ideia de sair de Londrina, iam perder o prestígio e os apoios”.

Um ponto que merece destaque e foi exposto pelo entrevistado n° 1 foi o de que “Tamarana era um curral eleitoral de Londrina, infelizmente, vinha muito vereador aqui pedir voto por ajuda”.

Estes dois critérios, somados a análise de Oliveira (2008) que por meio de estudo de jornais e revistas da época que tratavam a luta de Tamarana pela emancipação, podem ter sido os principais motivos para que o Distrito demorasse tanto para conseguir sua emancipação, pois a autora coloca que: “Tamarana servia de trampolim para os políticos de Londrina, que alguns só conseguiam se eleger por meio de Tamarana, que tinha na época mais de cinco mil eleitores, não sendo interessante, portanto, a sua emancipação”. (OLIVEIRA, 2008, p. 63).

Este ponto é de suma importância para este trabalho em questão, pois entrevistados de Warta e Paiquerê, apontaram que na última eleição de 2012 para os cargos de Prefeito e Vereador, houve uma forte presença de Vereadores

e assessores que deram festas ou até mesmo ajudaram na “compra do gás”, aspecto que será discutido no capítulo a seguir.

Mesmo com estas oposições locais, após 5 tentativas em 26 de novembro de 1995, houve a vitória do plebiscito com “2.012 votos a favor e 1.608 contra, 100 votos em branco, 64 nulos e 103 abstenções.” (OLIVEIRA, 2008, p. 28).

Tamarana foi criada conforme Lei nº. 11.224 de 13 de dezembro e, em concordância com Oliveira (2008) por não ter acesso aos dados referente ao período dela como Distrito não se pode realizar uma comparação para saber de suas mudanças positivas e negativas.

Pelas 40 pessoas entrevistadas chegamos ao seguinte ponto: 17 acreditam ter “melhorado”, 9 “piorado” e para 8 apontam que “nada mudou” e 6 “não possuem opinião formada”. Os que defendem a melhora colocam como principal motivo (11 dos 17) a melhoria no atendimento relacionado a saúde, com maior presença de médicos e funcionários em postinhos e 6 colocam que melhorou no geral.

Dos 9 que alegam ter piorado as condições de Tamarana defendem que a violência e a pobreza aumentaram. E dos 8 que relataram que não havia acontecido nenhuma mudança é interessante ressaltar alguns entrevistados:

- **Entrevistado nº 14** – “Tamarana sempre foi e sempre será longe de Londrina”;
- **Entrevistado nº 25** – “Quem era pobre continua pobre e quem é rico continua rico!”;
- **Entrevistado nº 31** – “Teve muita gente que não entendia o que tinha acontecido na época, por que para nós nada mudou”.

Estes três entrevistados tem posições interessantes, pois colocam que mesmo com a emancipação da cidade, as condições socioeconômicas não sofreram alterações, a distância territorial, ou seja, facilidade de acesso ou até mesmo dificuldade de acesso a Londrina permaneceram as mesmas e que para alguns habitantes a falta de compreensão da criação do município que demonstra indiferença pela mudança político-territorial.

E com relação à origem das transferências que movimentam a receita dos fundos do município devemos analisar as três tabelas a seguir do IPARDES (2012).

Tabela 2 - Transferências Correntes Municipais segundo a Origem das Transferências – Tamarana - 2010

Origem das Transferências	Valor (R\$ 1,00)
Da união	8.561.568,16
Do estado	4.944.946,52
Outras ¹	2.018.128,73
TOTAL	15.524.643,41

Fonte: LONDRINA (2012).

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

¹ Inclui as transferências multigovernamentais, à instituições privadas, ao exterior, à pessoas, a convênios e outras transferências não especificadas

Tabela 3 - Deduções da Receita Corrente – FUNDEB – Tamarana - 2012

Deduções	Valor (R\$ 1,00)
Das Receitas de Transferências da União	1.310.074,42
Formação do FUNDEB – FPM – FUNDEB e redutor financeiro	1.278.530,74
Formação do FUNDEB – ITR	18.945,00
Formação do FUNDEB – ICMS desoneração – Lei complementar 87/96	12.598,68
Das Receitas de Transferências dos Estados	968.674,66
Formação do FUNDEB – ICMS	893.529,82
Formação do FUNDEB – IPVA	54.283,10
Formação do FUNDEB – IPI-Exportação	20.861,74

Fonte: LONDRINA (2012)

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Por meio da análise dela, nota-se que a principal fonte de recursos do município de Tamarana vem da União R\$ 8.561.568,16 dos R\$ 15.524.643,41 o que corresponde mais da metade das transferências recebidas.

E, sem comparação com as outras Receitas, a fonte que do FPM com R\$ 1.278.530,74 dos R\$ 1.310.074,42 das Transferências da União para o Município.

Com estas informações, cria-se pode-se afirmar que Tamarana possa ser um dos muitos municípios nacionais que sobrevive principalmente em função da Receita da União que vem transferida pelo FPM. Sua emancipação trouxe melhora, segundo a maioria dos entrevistados, mas não alterou as relações socioeconômicas da localidade.

3 OS DISTRITOS DE PAIQUERÊ E WARTA

Conforme explicado e discutido nos Capítulos anteriores, o município de Londrina, localizado no Norte Novo do Paraná sofreu, assim como outras áreas brasileiras, pelas transformações na produção do espaço rural e suas respectivas modificações na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e no êxodo rural.

Entre as muitas consequências, uma das principais que fazem referencia às mudanças envolvendo a população urbana, rural e total do município, como pode ser vista na tabela 3.

Tabela 4: Evolução da População Urbana e Rural de Londrina 1940 - 2010

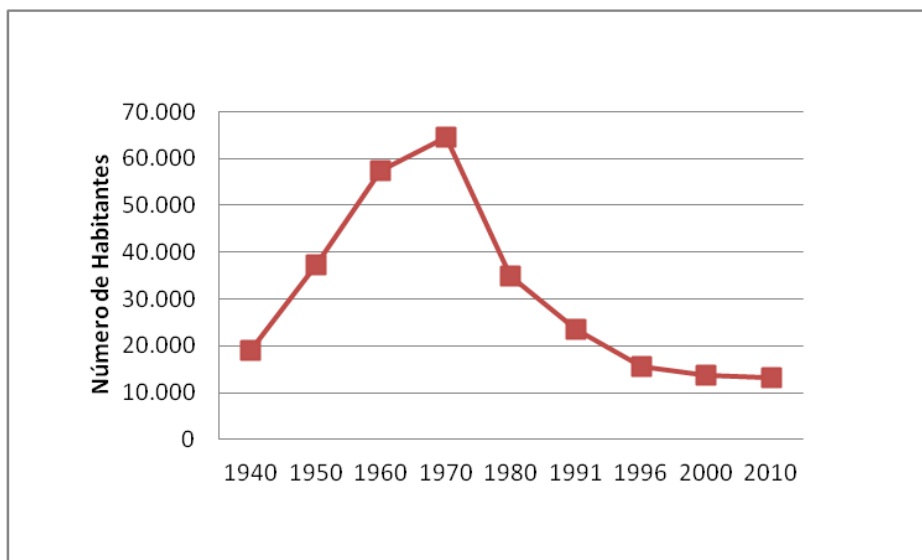
Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1940	1.175	36,9	19.103	63,09	30.278
1950	34.230	47,93	37.183	52,07	71.412
1960	77.382	57,4	57.439	42,6	134.821
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711
1991	366.676	94	23.424	6	390.100
1996	396.121	96,19	15.679	3,81	411.800
2000	433.368	96,94	13.696	3,06	447.065
2010	493.520	97,4	13.181	2,6	506.701

Fonte: LONDRINA (2012)

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Os dados acima apresentaram que a população total de Londrina demonstrou uma grande evolução em 70 anos, pois em 1940 era de 30.278 habitantes e em 2010, passou de meio milhão, ficando com 506.701 habitantes.

Porém, de modo inverso a este crescimento a população rural apresentou um decréscimo expressivo, pois em 1940 a população que vivia no campo era 19.103 habitantes e em 2010 diminuiu para 13.181 pessoas, apresentando a dinâmica que pode ser melhor visualizada no gráfico a seguir:

Figura 3 - Evolução da População Rural de Londrina 1940 - 2010

Fonte: Perfil de Londrina, 2012.

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Conforme a figura 3 nota-se um crescimento da população rural de Londrina de 1940 a 1970, época de crescente ocupação de todo o território londrinense e também período em que a cidade de Londrina foi considerada a Capital Mundial do Café.

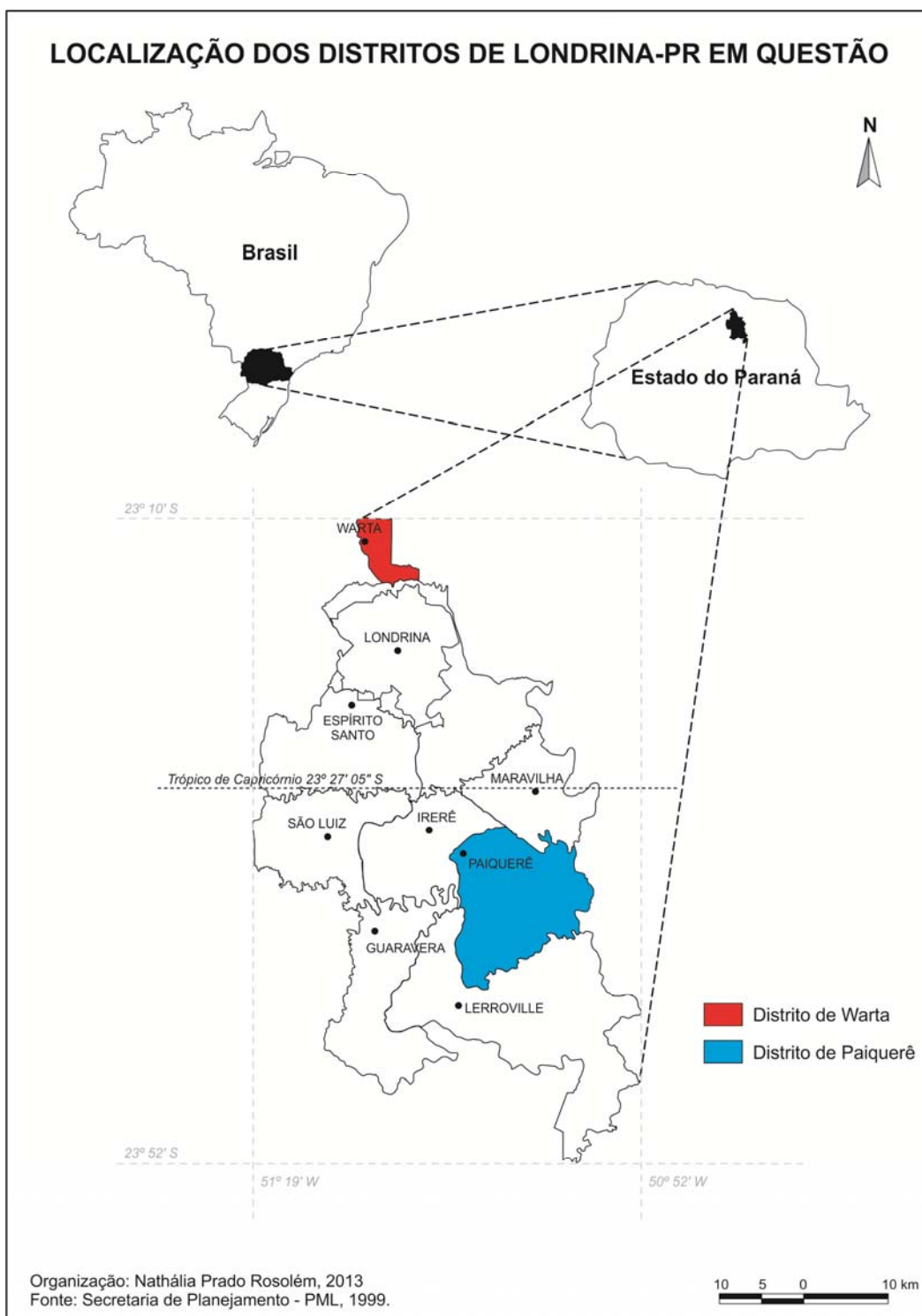
Entretanto, após este período, com todas as ações já discutidas da modificação do espaço agrário brasileiro e do incentivo a culturas mecanizadas a forma de trabalho se alterou exercendo um forte exôdo rural.

Há de se destacar que este trabalho dá destaque as relações rurais, mas analisa com foco as dinâmicas que ocorre nos espaços urbanos dos Distritos de Londrina.

A divisão dos Distritos no território municipal de Londrina ocorre da seguinte forma: São Luiz, Irerê, Maravilha, Guaravera, Lerroville, Espírito Santo e Paiquerê se localizam ao sul e ao norte e com uma posição diferenciada, está Warta.

Porém, como exposto antes e destacado no mapa 8, dentre todos estes Distritos os que serão analisados são Paiquerê e Warta, devido principalmente a intensa disparidade socioeconômica existente entre os dois, não sendo levados em consideração o patrimônio Guairacá localizado no limite político-administrativo de Paiquerê.

Mapa 8 - Localização dos Distritos de Paiquerê e Warta



Fonte: Secretaria de Planejamento, 1999.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

3.1 O DISTRITO DE PAIQUERÊ

O distrito de Paiquerê está localizado a 35 km da sede municipal de Londrina e foi criado em 21 de dezembro de 1964, pelo Decreto de Lei nº 4 992, com uma área de 211,958 km² contendo solos do tipo Litólicos Eutróficos A e Brunizem Avermelhado, ambos considerados férteis com elevado potencial nutricional segundo o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

O Distrito possui, conforme informações da Prefeitura do município de Londrina, temperaturas médias que vão de 20°C a 22°C com uma altitude que vai de 450 a 600 metros, localizado na porção centro sul do município de Londrina.

Melatti (1992) explica que sua origem está relacionada à alta fertilidade do solo da área, um dos principais motivos que proporcionaram uma intensa migração para esta localidade, sendo que no começo dos anos 30 os primeiros lotes começaram a ser vendidos.

Em entrevista, os pioneiros de Paiquerê relataram que no começo dos anos 1960, as ligações de acesso com a sede municipal eram poucas e extremamente precárias, desta forma, foi necessária a criação de um centro que abastecesse a região.

Este caráter de centro de apoio se converge muito com a Proposta de Nakagawara (1992) de que os Distritos serviam no começo como a base de apoio para suprir as necessidades desta população que esta fora da sede municipal, característica que predominou no começo e que se apresenta até a atualidade.

Os entrevistados relataram que tal como a maioria das cidades, o Distrito de Paiquerê começou a ser construído no entorno da Igreja que fica na rua principal do Distrito, possível se ser vista na foto 1.

Foto 1 - Igreja de Paiquerê.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Realizando um breve levantamento histórico de sua ocupação, Melatti (1992) explica com base em depoimentos dos pioneiros de Paiquerê, que em 1934 se uniram dois fazendeiros, Rui Camargo e José Ramos e realizaram a doação de uma área, com extensão indefinida, para o efetivo início do loteamento de terras na região.

Durante este período, a atividade econômica principal de Paiquerê, era a criação de suínos, já que, os proprietários derrubavam a mata nativa e criavam os porcos sobre as pastagens. A partir desta premissa, defende-se, que estas possam ter sido as primeiras frentes pioneiras do Distrito em questão.

Com o passar do tempo, ocorreu um crescimento na produção de milho e somente nos anos 1950 inicia-se o plantio majoritário de café, que foi a principal cultura da região por pelo menos 2 décadas, segundo Melatti (1992).

No período do final dos anos 1970 e início dos 1980, quando houve a forte erradicação do café e avanço da mecanização do campo o Distrito em questão sofreu de modo intenso. Com a queda abrupta da produção e da venda do café a maioria das pequenas propriedades, investiu, segundo entrevistados, na produção do algodão, cultivo que empregava grande número de mão de obra.

Porém, os entrevistados explicam que dois fatores fizeram com que esta cultura não prosperasse. O primeiro se dá como causa natural, pois ocorrência da doença do Bicudo, que sem dúvida, é a praga que causa mais prejuízos na cotonicultura brasileira e que só pode ser combatido com utilização de agrotóxicos e eliminação de todos os pés de algodão por pelo menos 2 anos.

E como segundo fator, a mudança da lógica produtiva, ora fundada em grande escala, o cultivo teve que ser trocado, sendo a escolha da maioria dos pequenos proprietários o Rami.

Conforme as entrevistas realizadas em Manaia (2009), Josias Pereira da Silva, presidente da Associação dos Moradores, explica esta cultura foi escolhida principalmente devido ao apoio financeiro da Toyo Sen-I. Esta multinacional japonesa se instalou no Brasil para realizar a industrialização da fibra têxtil do Rami e se manteve por quase uma década no Distrito sendo a principal fonte de renda de muitas pessoas de Paiquerê.

O rami é um tipo de fibra, hoje muito pouco comum, que pode ser utilizado em diversos segmentos como, fabricação de tecidos, cordas e barbantes, porém sendo mais presente nesta época, como fibra têxtil para sacas de produtos agrícolas.

Em termos de processo produtivo, esta cultura apresenta um baixo padrão de tecnologia, sendo praticamente obrigatório o uso intensivo de mão de obra em todas as partes de sua produção. Desta maneira, o Rami foi por cerca de 10 anos uma das principais escolhas das maiorias dos pequenos produtores e manteve o emprego de um grande número de trabalhadores rurais.

Entretanto, devido às transformações dos modos de circulação que não necessitavam mais os sacos produzidos do Rami em virtude da expansão das fibras sintéticas, a multinacional passou por crises financeiras.

Somado a isso, no final dos anos 70, a Multinacional japonesa não respeitou a legislação trabalhista, tendo que arcar com o pagamento de indenizações, acordos com grande parte destes trabalhadores. Alguns deles chegam até ver esta defesa legal como algo negativo, pois, falam, conforme o Entrevista 08 que “O sindicato foi o maior culpado por perdemos nosso emprego”.

De qualquer modo, no início dos anos 80, a Multinacional encerrou com todos seus trabalhos no Brasil, e logicamente, em Paiquerê deixando assim uma enorme quantidade mão de obra sem ocupações.

O Presidente da Associação dos moradores e a grande maioria dos entrevistados, relataram que impossibilitados de continuar com o algodão, sem apoio para a produção do café e do Rami, os proprietários agrícolas e a população que trabalhava no campo de Paiquerê sofreram com a piora em suas condições de vida, fazendo com que o Distrito passasse por um intenso processo de esvaziamento populacional.

Segundo relatos da população, os anos brandos do Distrito, onde havia um dinamismo econômico considerado importante, com alta movimentação comercial e agrícola, foram dos anos de 1970 a 1980.

Mesmo com os problemas climáticos das geadas, a produção cafeeira, paralelamente, com os outros dois tipos de cultivos citados, o algodão e o Rami, faziam com que o campo apresentasse inúmeros e praticamente contínuos serviços, expostos de maneira interessante pelo entrevistado 14 “Os botecos de madeira ficavam lotados até tarde, era só risada e alegria, todos se juntavam para festejar o dinheiro das lavouras”. (MANAIA, 2009).

Após esta fase, com a extraordinária queda do café, ocasionada um enorme contingente de pessoas ficaram sem trabalho, sendo em alguns casos, obrigados a migrar para outras localidades. “Acabou o café. Levou o povo”. (Entrevistado 20 de Manaia, 2009).

Conforme a tabela 5 é perceptível que o ápice da população ocorreu em 1970, diminuindo nos anos seguintes, segundo os Censos do IBGE, e voltou a crescer somente em 2010.

Tabela 5: População de Paiquerê (1970/2010)

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1970	1087	22,2	3796	77,8	4883
1980	1117	28,5	2802	71,5	3919
1991	1352	39,9	2035	60,1	3387
2000	1161	46,8	1317	53,2	2478
2010	1319	44,1	1676	55,9	2995

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Como já dito, esta primeira etapa, da queda de um expressivo número de pessoas das áreas rurais, para as áreas urbanas, foi fruto principalmente, das intensas modificações que ocorriam no campo, principalmente a modernização da base técnica do campo.

Acredita que a queda no número de habitantes do Distrito esteja ligada ao decréscimo de trabalho oferecido pelo campo, pois com o avanço da tecnificação agrícola, se criou como trabalha Santos (1993), uma tecnoesfera que utilizava de altas tecnologias capazes de substituir a mão de obra braçal.

Desta forma, a população que não apresentava condições financeiras capazes de investir em sua própria produção ficou novas oportunidades, juntamente com os numerosos não possuidores de terras, que ficaram também sem trabalho, “Sem serviços, o pessoal fico sem dinheiro e foi embora”, conforme indicou o Entrevistado 11 (Manaia, 2009).

Porém, através de entrevistas realizadas com a população rural do Distrito foi exposto por um camponês proprietário de 12 alqueires que: *“Enquanto eu tiver minha propriedade, daqui eu não saio, a vida tá difícil, mas minha terra é minha terra”*. (Entrevistado 3, MANAIA, 2009). *“A minha vida está nesta terra, minha família também”* (Entrevista 18, 2013).

Com relação ao êxodo rural, este processo pode ser visto por meio da metáfora de que um breu “invadiu” as áreas rurais, conforme é colocado pelo Entrevistado 14 (MANAIA, 2009): *“No passado, o campo era iluminado, hoje, as casas estão todas abandonadas”*.

A procura de melhores oportunidades em outros cidades e lugares é vista também através do índice de transferência escolar, cedido pela

Secretaria de Educação de Londrina, que indica que a Escola Municipal Armando Rosário Castelo, que pode ser vista na foto 2, apresentou no ano de 2006, de 1ª a 4ª série, 7,43% de transferência e no ano de 2008, 10,60% e em 2011, manteve-se nos 11,23%.

Foto 2 - Frente da Escola Municipal Armando Rosário em Paiquerê.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

O principal motivo deste crescimento populacional é o incentivo político. Desde 2008 a 2010 e com mais destaque ainda em 2012, a população do Distrito cresceu por dois motivos, segundo a Secretaria Social de Londrina e a Prefeitura de Londrina.

O primeiro motivo foi a questão do custo de moradia em Londrina, algo que se repedirá em Warta, somado a falta de possibilidades de emprego. Conforme os relatos da Assistente Social responsável por Paiquerê, a quantidade de bolsa família no Distrito aumentou com o acréscimo da população, ou seja, a grande maioria das pessoas que vieram tanto regressando para o campo quanto as que vieram morar na sede do Distrito, foram as de até 1 salário mínimo.

Por outro lado, houve uma pequena parcela, como nos expôs o Entrevistado 22 Manaia (2013) que foi o pessoal de classe média, que tendo laços com a população local, retornou para o Distrito.

O segundo motivo, que em nossa pesquisa, merece maior destaque foi a Construção de 156 casas do Projeto MINHA CASA MINHA VIDA,

terminadas e entregues em 2012, mas que tiveram seu início de construção e do primeiros trabalhos em 2009, trazendo assim um grupo de aproximadamente 600 pessoas para a parte urbana do Distrito, segundo informações do Posto de Saúde do local (2013).

Deste modo, para dar continuidade a discussão de Paiquerê e conseguir criar uma relação entre a realidade de 2009 e a atual de 2013, iremos discutir os aspectos: Comércio, Trabalho, Moradia e Condição de Vida relacionando os anos.

Os comerciantes entrevistados de Paiquerê expuseram que dos anos de 1990, a situação do processo de queda da população pode ser comprovado pela simples venda de doces, *“Antes o pessoal tinha um dinheirinho que dava pras crianças, antes vendia muito mais doces, hoje não”*, conforme relatou o Estabelecimento Entrevistado 3 (MANAIA, 2009).

Existe até os dias de hoje o primeiro estabelecimento comercial de Paiquerê, que nos anos de 1941 era uma loja de “Secos e Molhados” e com o passar do tempo foi se transformando em um bar. (Foto 3).

Foto 3 - Primeira estabelecimento comercial de Paiquerê, ainda em funcionamento na entrada do Distrito.



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Sobre a realidade de 2009, havia um total descontentamento dos comerciantes locais, que alegavam que pediam muito pela presença da uma

subprefeitura e de ações governamentais que apoiassem suas práticas econômicas.

Já em 2013, com o aumento populacional, obtivemos as seguintes informações, de 2011 a 2013 foram criados 5 estabelecimentos, sendo eles: 1 padaria/mercearia (foi reformada e reaberta – Foto 4), 1 confecções/presentes (Foto 5), 1 cabeleireiro, 1 lan house (Foto 6) e a cerca de 6 meses a primeira sorveteria e Lanchonete do Distrito (Foto 7).

Foto 4 - Padaria/Mercearia.



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 5 - Lan House e Salão de Beleza.



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 6 - Loja de presentes



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 7 - Sorveteria e Lanchonete de Paiquerê.



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Uma nova dinâmica foi explicada pela proprietária da sorveteria e lanchonete e também por alguns dos entrevistados. “Antigamente se você quisesse comer qualquer coisa diferente, ou ia nos bares da cidade que não é lugar de família ou ia para Londrina, agora tem tudo aqui” (Entrevistada 18). “A Sorveteria virou o novo lugar de encontro da Moçada, que antes tinha que ficar na praça junto com o pessoal de idade”. (Proprietária do estabelecimento).

Entretanto, tanto nos dias de semana quanto nos finais de semana, ainda é possível encontrar um grupo de pessoas que ficam sentados conversando ou jogando cartas na praça da Igreja de Paiquerê (Foto 8). São principalmente aposentados e alguns pensionistas na faixa de 50 a 65 anos que relataram: “Nosso baralhinho é sagrado, pelo menos um truquinho no final de semana para deixar poucos felizes e muitos revoltos”(Entrevistado 27).

Foto 8 - População conversando em frente a Praça de Paiquerê.



Foto: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

No trabalho de campo, o que foi unânime é o descontentamento de todos os estabelecimentos comerciais com a situação de segurança no Distrito, sendo que o pedido de todos foi o policiamento local.(Tabela 6).

Tabela 6: Depoimentos sobre segurança no distrito

	Depoimentos
Padaria / Mercearia	"Eu só abro até o horário comercial e queria ficar até mais tarde, mas tenho medo."
Confecções/presentes	"Sabe, temos que sempre ficar esperto com que esta por ai."
Cabeleireira	"Estamos sempre em duas mulheres, ai quando escurece, falo para meu marido ficar por perto."
Lan house	"Por via das dúvidas coloquei uma camerazinha aqui. Não conhecemos mais todo mundo."
Sorveteria/Lanchonete	"Nos dias de pouco movimento, me dá medo de quem possa aparecer."

Org.: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

A composição de renda familiar também se alterou, pois nos anos noventa e também na pesquisa de Manaia (2009) os relatos dos entrevistados eram de que a grande parcela da população que permaneceu no Distrito trabalhando no campo teve que tornar-se, aos que ainda não eram, boias-frias,

realizando uma procura incansável de trabalho com uma renda diária que ia de R\$ 15,00 a R\$ 20,00.

Por meio dos relatos dos moradores de Paiquerê e do Presidente de Associação dos Moradores, o dia dos boias-frias começava entre 5 a 6 horas da manhã, quando estes trabalhadores rurais rumam para o campo, sem direção, indo de propriedade em propriedade, a procura de possíveis serviços. “Bem antes do sol nascer o pessoal tá pronto, esperando por trabalho” Entrevistado 3 presente em Manaia (2009).

Outra maneira relatada que ocorre até os dias de hoje é a busca de trabalho por meio dos “gatos”, ônibus que transportam os trabalhadores até propriedades que necessitam de mão de obra, sendo destacado que “O homem faz o que a máquina ainda não consegue fazer” conforme expõe o Entrevistado 19 (Manaia, 2009). “Pegamos o que dá para pegar de serviço” (Entrevistado 9, 2013).

Pela análise do cotidiano destas pessoas podemos compreender a barbárie que é intensificada por meio da tecnificação do campo, como discute Oliveira (2003).

O autor explica que com a modernização das bases técnicas do campo houve um aumento dos conflitos por terra, despejo e expulsão de famílias que viviam na área rural e o aumento também, da exploração do trabalhador.

[...] Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa à economia mundial, internacionalizando à burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria de parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros. (OLIVEIRA, 2003, p. 116).

Já a outra parcela da população total de Paiquerê, que trabalhavam na sede municipal, era expressiva pelo grande número de mulheres, que iam para Londrina, trabalhar como domésticas ou diaristas, e pelos homens, que sem qualificação trabalham onde conseguirem, em alguns casos, como catadores de latas de alumínio ou papel, exposto junto ao relato da Entrevistada nº 19 “A maioria das mulheres que ficaram vão para Londrina ser domésticas e os homens fazem bico lá ou aqui”. (MANAIA, 2009).

Esta migração pendular, como outras migrações temporárias, é intensamente cansativa e desgastante, sendo uma das últimas escolhas a serem feitas nas maiorias dos casos, expressando a enorme falta de oportunidades de trabalho no campo.

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geograficamente diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1986, p. 45).

O aumento no número de migrantes pendulares é notado, por dois motivos intrinsecamente interligados, que são: o aumento do número de ônibus que realizam o trajeto Paiquerê - Londrina, e a melhoria de suas vias rodoviárias.

Conforme informações dos entrevistados e da empresa de ônibus que presta serviço ao Distrito, antes de 1990, havia apenas dois ônibus por dia que realizavam o trajeto entre Paiquerê e Londrina, já pós-1990, há desde as 5 da manhã até às 20 horas, um ônibus por hora.

Por meio do Plano Diretor Participativo (2013) esta informação é comprovada, já que hoje em dia são realizadas 30 viagens diárias durante os dias úteis da semana e cerca de 13 a 14 nos fins de semana.

Porém um ponto que deve ser destacado é que para se chegar ao Distrito de Paiquerê utilizando do serviço público de transporte, é necessário pegar um ônibus do Terminal central de Londrina, para o Terminal Acapulco e logo após para o Terminal do Distrito de Irerê, somente lá, que pode ser visto na foto 4, se consegue pegar o último ônibus que se leva diretamente para Paiquerê.

Desta maneira, o tempo de viagem de um passageiro que sai do Terminal central, localizado na sede municipal de Londrina, para se chegar ao Distrito de Paiquerê é de cerca de 2 horas.

Além da demora que ocorre com a utilização do serviço público, outro ponto que dificulta o acesso ao Distrito esta relacionado com as condições das estradas, que pode ser vista na foto 10. Esta realidade continuou no trabalho nos relatos atuais, pois o descontentamento com condições de estrutura das vias de acesso a Londrina também foi praticamente unanime a todos entrevistados.

Mesmo com toda esta dificuldade, é interessante salientar que ocorre a ideia, conforme exposto pela Entrevistada 17, Manaia (2009) da sede municipal de Londrina estar mais próxima a Paiquerê, devido à melhora para a circulação das pessoas. *“Antigamente parecia que a cidade era mais longe, hoje está pertinho”*.

Foto 9 - Terminal de ônibus do Distrito de Irerê



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 10 - Ponto de ônibus a cerca de 5 km da sede do Distrito de Paiquerê



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2009.

A busca de melhores oportunidades de trabalho na sede de Londrina apresenta-se em crescimento conforme relato dos moradores, que começam a ver na sede municipal a única chance para a melhora na qualidade de vida, *“Aqui em Paiquerê para viver, ou você trabalha na cidade ou é aposentado, se depender do campo, pode até passar fome”*. (Entrevistada 17). (MANAIA, 2008)

Nas pesquisas deste atual trabalho, apresentam-se dois novos grupos de trabalhadores migrantes diários: os que formando-se no Projeto Viva Vida (que iremos discutir mais a frente) em cursos técnicos de Auxiliares, Secretários ou preparos para mão de obra em setores específicos da indústria e os que apresentavam fortes laços com o campo e hoje exercem ocupações na área da construção civil de Londrina.

Nas pesquisas de 2009 foi exposto que além desta migração pendular, existem também as sazonais que fazem com que parte de um dos bairros mais humildes do Distrito fique com suas moradias desocupadas, já que famílias inteiras vão atrás de trabalho em outra localidade.

Esta realidade ainda é fortemente presente segundo relato da Secretaria de Assistente Social de Londrina que alega que principalmente no período de corte de cana no interior de São Paulo, há um decréscimo na quantidade de homens em certas localidades do Distrito (Foto 11)

Foto 11 - Casas desocupadas de moradores que foram atrás de trabalho.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Infelizmente, tanto em 2009 quanto em 2013, com relação aos problemas sociais presentes no Distrito, pudemos perceber, por meio da análise de dados cedidos pela Secretaria de Assistência Social de Londrina, a existência da problemática da fome juntamente com outras diversas precariedades sociais.

Estas informações são comprovadas, pois cerca de 182 famílias, participavam de Projetos de Assistência Municipal e Federal, representando praticamente metade da população vivente no Distrito em 2009 e este número foi para 235 famílias atualmente.

Deste número, 64 famílias, eram beneficiadas pelo Renda Mínima, Projeto de Assistência social que direciona 100 reais para as famílias que recebem menos de um salário mínimo, onde uma pequena proporção vivia em alta vulnerabilidade em 2009 e cerca de 81 famílias estão em tal condição em 2013.

Além da expressiva importância da Assistência Social para a sobrevivência de grande parte da população distrital, Paiquerê abriga também o Projeto Viva Vida, expostos visualmente na foto 12, que executa o atendimento a 158 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

Este projeto viabiliza o acesso a espaços de desenvolvimento educativo, cultural e lúdico, com base na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da Declaração

dos Direitos Humanos e na estreita articulação com a família e as políticas públicas.

O Distrito Paiquerê também pode ser entendido como um exemplo da intensa desigualdade e miséria ocorrente da enorme concentração de terras que o cerca.

Foto 12 - Sede do Projeto Viva a Vida em Paiquerê



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

De acordo com informações parciais da Secretaria da Agricultura de Londrina e também pelo que foi exposto por um dos pioneiros do Distrito entrevistado, Paiquerê é “ilhado” por quatro propriedades, onde a menor apresenta cerca de 240 hectares e a maior chega a 960 hectares, as quais antigamente possuíam café e gado e hoje são praticamente singulares com a produção de trigo e soja. (Fotos 13 e 14).

Esta concentração do uso da terra para a produção de lavouras temporárias pode ser considerada como um dos motivos da falta de trabalho e da respectiva condição de miséria da população do Distrito, morando em casas de madeira e conforme foi exposto nas entrevistas possuindo pouco conforto ou espaço por pessoa. (Foto 15).

Foto 13 - Propriedade Rural que faz divisa com o limite urbano do Distrito de Paiquerê.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 14 - Propriedade localizada na entrada do Distrito



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Por meio da realização do trabalho de campo foi perceptível que uma parte da população pode ser classificada como miserável, pois não possuem poder de compra, considerado normal para o ambiente em que vivem e estão privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a

saúde e a força física tornam-se precárias a ponto de fazer perigar a própria vida. (SANTOS, 1979).

Foto 15 - Algumas casas precárias de Paiquerê



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Não há dúvida, como foi explanado anteriormente, da competência produtiva da agricultura moderna, porém se houver esta concentração de uso de terra e de recíproca renda, haverá um aumento dos problemas sociais das populações afetadas, como por exemplo, a intensificação da fome, que como o célebre autor, tutor de estudos geográficos sobre a fome no país e no mundo, Castro (1946, 1951, 1960), expõe em suas obras, a problemática da fome está intrinsecamente ligada a má distribuição de renda.

Além da concentração de terra, outro ponto que pode ser considerado fundamental é a intensa monocultura que é apresentada na área rural do Distrito e que condiciona à maior precarização da condição de vida da população, já que entendemos aqui que:

A monocultura de alimentos (e outras) é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar na medida em que, por definição, a monocultura não visa a alimentar quem produz e, sim, mercantilização do produto. (GONÇALVES, 2006, p. 213).

Porém, nas entrevistas de 2009 foi exposto que mesmo com todas estas características socioeconômicas expostas sobre o Distrito em questão, os moradores indicaram que muitos ainda preferem viver em Paiquerê a mudar para a sede municipal de Londrina. “É melhor viver aqui, onde somos uma grande família, do que ir para a cidade e viver nas favelas sem ninguém”. (entrevistado nº 20).

E na pesquisa atual se torna mais interessante, pois aparecessem os novos moradores que saíram de regiões de risco, fundos de vale e ocupações irregulares em área de preservação permanente e foram ocupar as 156 casas criadas pelo projeto do MINHA CASA MINHA VIDA. (Foto 16).

Foto 16 - Casas do Projeto MINHA CASA MINHA VIDA



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Os moradores expõem as seguintes opiniões:

- **Entrevistado 31** – “Isso aqui parece um sonho que se tornou realidade, agora temos nossa casa e com tudo que uma pessoa desce pode ter”.
- **Entrevistado 27** – “Estamos em algo que é nosso, não preciso ter medo de chuva, ou bicho, eu tenho minha casa”.

- **Entrevistado 23** – “Tenho orgulho da minha casa, tenho orgulho da vida que tenho, agora volto a me sentir homem de verdade”.

Um ponto que merece destaque e que foi expresso por alguns entrevistados é como se dá a presença do poder político municipal no Distrito. “Em época de eleição você conhece assessor, conhece vereador e é lembrado”. Entrevistado 31.

Segundo informações deste e outros quatro entrevistados, alguns dias antes da eleição de 2012, assessores de candidatos a Prefeito e Vereadores de Londrina, foram a Paiquerê e realizaram uma visita praticamente de porta em porta. “O pessoal vinha em casa tomar café, pessoal muito gente fina”. Entrevistado 32.

O relato mais impressionante deste foi o Entrevistado 28 que contou que um dos assessores de um candidato a prefeito foi a sua casa e perguntou se ele estava precisando de alguma coisa. “O ajudante do Prefeito veio querendo me dar alguma coisa, mas eu recusei ninguém me compra com bujão não”.

3.2 O DISTRITO DE WARTA

O Distrito de Warta localiza-se a 23 km da sede municipal de Londrina, com uma área de 27,73 km² contendo solos do tipo Terra Roxa Estruturado Eutrófica A e Latossolo Roxo, ambos considerados férteis e com elevado grau nutricional segundo o IAC.

Warta é o único Distrito localizado na porção norte do município de Londrina, como já dito antes e apresenta conforme informações da Prefeitura Municipal de Londrina temperaturas médias que vão de 21 °C a 22 °C com uma altitude média de 550 a 600 metros, sendo o.

Conforme Melatti (1992) sua origem é possível de se confundir, com a própria criação de Londrina, pois ambos foram construídos no início da década de 1930 e também foi construído entorno da Igreja, vista atualmente na foto 17.

Foto 17 - Igreja de Warta.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2009.

Segundo a autora acima citada, Warta foi ocupada em seu primórdio principalmente por poloneses, pois a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) que realizou o loteamento do Distrito separou terras para serem colonizadas por estes imigrantes ou seus descendentes.

Os poloneses foram atraídos conforme entrevista com pioneiros por “Propaganda de Terras boas e promessa de riqueza” Entrevistada 04 (2013), pois haviam no final dos anos 30 e começo dos 40, folhetos de divulgação que expunham a existência de uma nova e promissora área com terras de melhor fertilidade do que as que haviam em Santa Catarina, área ocupada por muitos poloneses, e também com características climáticas semelhantes ao seu local de origem.

Quem primeiro adquiriu um lote em Warta, em 1932 foi Eduardo Cebulski, e já em 1940 com a vinda de outros colonos de Santa Catarina, havia cerca de 30 casas de madeira. (MELATTI, 1992, p. 49)

Entretanto, destacamos como afirma Melatti (1992) que mesmo com a vinda das primeiras famílias e a colonização da área, a criação do Distrito

de Warta data somente de 14 de dezembro de 1953, ou seja, 22 anos após. “Meu avô chegou no começo de 1954, contava que Warta era uma imensidão de mato e arvore”. Entrevistado 7. Manaia (2009).

Por ter sofrido à realização do loteamento das terras do Distrito principalmente pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, Warta apresentou e apresenta até hoje em sua maioria o predomínio de pequenas propriedades, conforme informações parciais da Secretaria da Agricultura de Londrina e dados da Prefeitura Municipal.

Assim como Paiquerê o Distrito de Warta também pasou por um intenso êxodo rural após as mudanças da base técnica do campo, apresentando uma dinâmica de crescimento negativo para a população total e rural do Distrito, entretanto, diferente de Paiquerê, a população urbana cresceu de 2000 para 2010 enquanto a rural continuou a diminuir. (Tabela 7)

Tabela 7 - Evolução da população do Distrito de Warta

Ano	Urbano	%	Rural	%	Total
1970	412	8,0	4760	92,0	5172
1980	357	27,2	956	72,8	1313
1991	481	37,5	810	62,5	1291
2000	932	62,2	565	37,8	1497
2010	1.105	71,1	450	28,9	1.555

Fonte: IBGE e Perfil de Londrina (2012)

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Com base na análise da tabela acima, podemos perceber que o esvaziamento do Distrito ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1970 e 1980 já que em 1970 a população total do Distrito era de 5.118 habitantes, com 412 pessoas na área urbana e 4.706 habitantes no campo, já no ano de 1980 a população total diminuiu de modo abrupto para 1.313 habitantes, demonstrando uma população urbana de 357 pessoas e rural de 956 habitantes.

Porém, observamos um aspecto interessante, com a dinâmica da transformação no número de habitantes do Distrito, pois no ano de 1980 a população urbana local que era de 357 habitantes aumentou para 481 habitantes em 1991, continuando a crescer nos anos seguintes.

Estes dados demonstram assim, que mesmo com o esvaziamento da população urbana do distrito entre 1970 a 1980, em 1991, 2000 e 2010 esta população voltou a crescer.

Assim como feito com o Distrito anterior, realizar uma ligação entre os dados e análises feitas por Manaia (2009) e os atuais de 2013, para entender a dinâmica espacial do Distrito de Warta, o motivo do crescimento populacional urbano, e da continuação da queda da população rural, das condições de Comércio, Trabalho, Moradia e Condições de vida.

Por meio da realização das entrevistas com a população de Warta, notamos em Manaia (2009) que os principais motivos que fizeram com que esta população volte ou vá morar no Distrito podem ser considerados em sua maioria, o custo da moradia de Warta em comparação a sede municipal, a violência e a vontade de voltar ao campo.

Segundo a análise de Côrrea (1995) a diferença no custo de moradia ocorre principalmente devido a especulação imobiliária que ocorre porque a terra é considerada uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca e desta maneira agrega valor no espaço urbano, reforçando a distinção entre os grupos sociais.

O princípio essencial que influencia a distribuição das residências no espaço é o prestígio social, cuja expressão positiva é a preferência social (preferência por vizinhos semelhantes) e a expressão negativa, é a distância social (rejeição de vizinhos diferentes). (CASTELLS, 1983, p. 212).

Em concordância com Castells (1983) os terrenos que apresentam um elevado preço, geralmente são utilizados para as melhores construções, atendendo à demanda solvável. Em contrapartida, os terrenos com menores preços e pior localizados são utilizados na construção de residências inferiores, que são habitadas geralmente por aqueles que dispõem de menor renda.

Segundo informações de agentes imobiliários de Londrina, em 2013, o custo de moradia no Distrito é realmente inferior ao custo de moradia na sede municipal, pois, conforme informações cedidas, imóveis que possuam dois quartos, um banheiro, sala e cozinha são locados, de modo geral, em cerca de R\$

6,00 a R\$ 8,00 o m² em Warta e em Londrina, de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 dependendo da localização.

Quando se trabalha com a venda o valor também é significativo, pois enquanto Londrina trabalha com o valor médio de R\$ 2.600,00 a R\$ 3.000,00 o m², Warta utiliza R\$ 1.450,00.

Nos lotes abertos esta diferença também é possível de ser vista, pois duas quadras da Praça da Igreja um lote de 433 m² está a venda por R\$ 80,00 o m² enquanto em Londrina, lotes em regiões mais populares trabalham hoje com o valor estimado de R\$ 180,00 o m². (Foto 18).

Foto 18 - Lote aberto a venda em Warta



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Esta diferença no valor do m² foi um dos fatores determinantes para que em 2011 iniciou as construções 113 unidades de moradias de 52 m² privativos na parceria da Prefeitura Municipal de Londrina, da Cohabra Internacional Brasil e o Governo Federal. (Fotos 19 e 20).

Estas casas fazem parte do Projeto de Aceleração de Crescimento do Governo Federal e do Programa MINHA CASA MINHA VIDA, que busca proporcionar moradia para famílias com até três salários mínimos.

Foto 19 - Foto aérea do empreendimento Village Alto da Warta.



Fonte: <http://www.villagealtodawarta.com.br/andamento-das-obras-galeria.asp?exibegaleria=7>

Foto 20 - Foto da entrada do Village Alto da Warta.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Esta obra foi, segundo relatos, muito importante para o Distrito de Warta. “De repente passamos a ser destaque no jornal e o Prefeito veio fazer discurso”. Entrevistado 42.

Para a execução da construção a Cohabra utilizou de 38 trabalhadores do Distrito, que ocuparam cargos principalmente de ajudante de obra e pedreiros e que infelizmente, não possuímos informações se continuaram na empresa ou não.

Com relação ao índice de violência em Warta, devido à falta de informações do setor público de segurança em distinguir o município de Londrina de seus Distritos, neste presente trabalho não é possível demonstrar dados exatos, porém, grande parte da população demonstrou na realização das entrevistas um pequeno ou nulo descontentamento com relação a segurança.

Nos estudos de Manaia (2009) um dos moradores do Distrito que vive lá a cerca de 35 anos expôs que *“A violência está em todo lugar, mas aqui em Warta, graças a Deus, parece que anda mais devagar”* (Entrevistado nº 23). Em conversa com o mesmo entrevistado em 2013, ele colocou: *“Fico feliz em dizer que ainda está ótimo, só tenho medo agora desse novo pessoal que vai vir morar na Cohab”*.

Esta preocupação em relação aos “novos moradores” de Warta foi um comentário que aparece em quase todas as novas entrevistas, sendo destacado tanto em ponto negativo quanto em ponto positivo a presença de cerca de 300 pessoas que é a previsão segundo o pessoal da COHABRA.

Os entrevistados que alegam pontos negativos expõem:

Entrevistado 15 – “O duro é que sabemos que vem um monte de gente de baixa renda morar em nosso Distrito e dá medo de quem são eles.”

Entrevista 8 – “Estamos acostumados em conhecer todo mundo e dá medo de continuar com costumes nossos de deixar tudo aberto.”

Entrevistado 31 – “Eu não gostei e acho que o pessoal quer começar a trazer problema de Londrina para cá.”

Os que declaram como um lado positivo alegam os seguintes pontos:

Entrevistado 3 – “Acho que vai movimentar nossas vidas, vai ter mais gente comprando, vai ter mais gente em tudo”.

Entrevistado 18 – “Eu acho é bom, Warta tem que crescer, Warta tem que melhorar”.

Entrevista 32 – “É uma mudança que vem pra melhor, vai deixar aqui mais vivo”.

Um aspecto interessante que merece destaque em Warta é que diferente do Paiquerê em que há um forte sentimento de união do povo que lá

vive, em Warta, não há uma ideia de pertencimento ao local, pois muitos vieram de Londrina e ainda ocupam cargos de trabalho na sede municipal.

Com relação a transferência escolar em Warta, a Escola Municipal Edmundo Odebrech, apresentou em 2008, de 1ª a 4ª série, 8,22% de saída de alunos para outras escolas, sendo portanto, inferior em cerca de 2% ao índice de Paiquerê no mesmo período. Em 2012 chegou a 6,79% mantendo-se inferior ao Distrito de Paiquerê. Isto demonstra que com relação a este aspecto Paiquerê também demonstrou dados de maior abandono do que o do Distrito de Warta nos anos de 2009.

Um critério de fundamental importância para compreender o dinamismo atípico do Distrito de Warta com relação aos outros e principalmente com Paiquerê é a sua facilidade de acesso tanto para a sede quanto para as outras cidades.

Acessibilidade ao Distrito ocorre principalmente pela PR-545 que pode ser vista na foto 21 e pela PR-445 exposta na foto 22 que liga Warta a Londrina e também é um eixo de circulação entre Curitiba e São Paulo, demonstrando desta maneira, uma localização privilegiada dentro do município de Londrina.

Foto 21: Acesso pela PR-545



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 22 - Acesso pela PR-445

Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Em nosso trabalho de 2009 e nas análises atuais notamos que o serviço de transporte público apresenta-se em ótima qualidade, não realizando viagens diretas assim como Paiquerê, porém com maior frequência. Sendo que, para se chegar a Warta do Terminal Central de Londrina deve-se pegar um ônibus para o Terminal Milton Gavetti e depois um direto para o Distrito.

Os ônibus continuam com as mesmas condições de horários, durante a semana saem às 5:45 da manhã do Terminal Central e só param às 23:35, realizando viagens a cada meia hora, apresentando um tempo total de viagem do Terminal da sede municipal a Warta de uma hora à uma hora e meia, dependendo do trânsito.

Esta facilidade de acesso ao Distrito também foi apontado em uma das entrevistas como um dos motivos do retorno para Warta. “*Quando nasci aqui era perto mas era longe, agora está perto e rápido*”. (Entrevistado 22).

E nas entrevistas atuais houve uma observação importante, “Eu morava na Zona Sul, em um lugar tão ruim que tinha que andar a pé para chegar em casa coisa de uns 20 minutos, aqui pego ônibus praticamente na porta de casa e chego no trabalho”. Entrevistado 19.

Outro entrevistado fez outra colocação de destaque, “Aqui não é zona rural, aqui não é Distrito, parece mais um pedaço bom da Zona Norte”. Entrevistado 07.

Porém, voltando a análise histórica, mesmo com este retorno da população urbana, o Distrito demonstrou um crescimento negativo de 1,68% com relação a sua população total entre os anos de 1980 a 1991 e um crescimento de apenas 15,95% entre os anos de 1991 a 2000 e crescimento de 4% de 2000 para 2010.

A mecanização do campo e todas as outras transformações que ocorreram no Brasil, norte do Paraná e no município de Londrina, já discutidas anteriormente, são as principais causas para este esvaziamento.

As transformações em Warta fizeram com que fosse substituída a produção de café, que desde o começo de sua ocupação até os primeiros anos de 1970 foi a principal base produtiva, para a produção de culturas mecanizadas que exigem uma pequena quantidade de mão de obra, como a soja e o trigo, destaque em área ocupada do Distrito até o presente momento conforme indica a tabela seguinte.

Tabela 8: Valores absolutos e percentuais da área ocupada por classe de uso do solo da área rural do distrito da Warta (2009)

Classe de uso do solo	Área(ha)	Área(%)
Soja /Milho/Trigo/Aveia	1613,84	57,99
Café	317,62	11,41
Fragmento Florestal	252,69	9,08
Pastagem	186,01	6,68
Cana-de-açúcar	109,68	3,94
Campos/Várzea	102,51	3,73
Olericultura	84,23	3,02
Múltiplo Uso	45,37	1,63
Construído	32,22	1,15
Frutas	30,31	1,08
Amendoim	8,24	0,29

Fonte: FRANÇA, PINESE, BUCHMANN, ALVES (2009)

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2012.

Percebemos, por meio da anterior, que mesmo com a produção de soja, milho, trigo e aveia, culturas como já dito, altamente mecanizadas, há ainda no Distrito uma elevada quantidade de policultura e ainda uma pequena presença da produção cafeeira em 11,41% da área.

Acredita-se que a presença de policultura em Warta ocorre devido a tradição do Distrito e principalmente, pela maioria das propriedades fundiárias de lá se caracterizarem como pequenas propriedades.

Warta apresenta destaque também para a produção industrial, que ocorre de modo diversificado e apresenta destaque com a matriz da Odebrecht Comércio e Indústria de café, exposto na foto 11, uma das primeiras beneficiadoras do produto do norte paranaense e que chega a exportar 5% de sua produção para outros países.

Foto 23: Sede Odebrecht Comércio e Indústria de café



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

O Distrito possui ainda o Alambique da Saúde que produz cachaça utilizando principalmente da cana-de-açúcar que é produzida na região de Warta.

Existem também alguns restaurantes, como o Rancho Pituka e Strassberg (Tortas Alemãs), que são reconhecidos na região de Londrina e também são os que mais geram empregos neste setor. (Tabela 9).

Tabela 9 - Relação entre empresas de Warta e o número de funcionários que residem em Warta

Empresas	Número de funcionários	% dos Trabalhadores
Restaurante Pituka	15	9,1
Strassberg Tortas Alemãs	40	24,4
Restaurante do Gaucho	9	5,4
Restaurante do Gaucho II	8	4,9
Alambique da Saúde	5	3,1
Vinícola Casa Muller	2	1,2
Odebrecht	85	51,9
Total	164	100

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2012.

Um ponto que merece destaque é que Warta esta inserida em um Ponto Turístico e Gastronômico (Foto 24), atraindo clientes que vem de outras localidades somente para se alimentar nas Strassberg Tortas Alemãs. (Foto 25).

Foto 24 - Portal Turístico de Heimtal/Warta



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 25 - Lanchonete Tortas Alemãs de Warta.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Em entrevista com uma das gerentes do estabelecimento ela nos relatou que “Muita gente relaciona Warta conosco, e ficamos felizes, nossos funcionários são daqui, Gostamos daqui e somos contentes de fazer parte de algumas gerações de Cozinheiras de Warta que trabalham aqui”.

Para se ter uma noção, existe um van que leva e busca algumas das trabalhadoras do estabelecimento nos horários de troca de turno, custeado pela administração do estabelecimento, como pode ser visto na foto a seguir.

Foto 26 - Van que transporta as trabalhadoras nas Tortas Alemãs até o Distrito.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Além destes 164 empregos que são gerados pelas empresas acima, existem ainda os que são mantidos no Restaurante Pituka II, Restaurante do Gaucho I, Pesque Pague Bom Peixe, Estância Ferraz e Embrapa, que não estão presentes na tabela devido os mesmos não informarem o número de funcionários que moram em Warta.

Mesmo com estas empresas e todas as particularidades positivas do Distrito de facilidade de circulação e preço de moradia, os dados cedidos pela Secretaria de Assistência Social demonstraram que cerca de 8 famílias possuíam uma renda inferior a 100 reais por mês.

Desta forma, nota-se que mesmo Warta podendo ser considerado um Distrito de economia próspera, a desigualdade social também é presente.

Outro ponto, diferente do exposto em Paiquerê é que em Warta há Guarda Municipal (foto 27) e também, turnos de Guardas da PM (foto 28). Em conversa com os policiais da PM foi exposto que “Aqui é muito tranquilo, o que acontece de vez enquanto é algum indivíduo que bebeu um pouco mais que devia causar um transtorno”.

Foto 27 - Sede da Guarda Municipal em Warta.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Foto 28 - Policiais da PM fazendo patrulha no Distrito de Warta.



Fonte: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

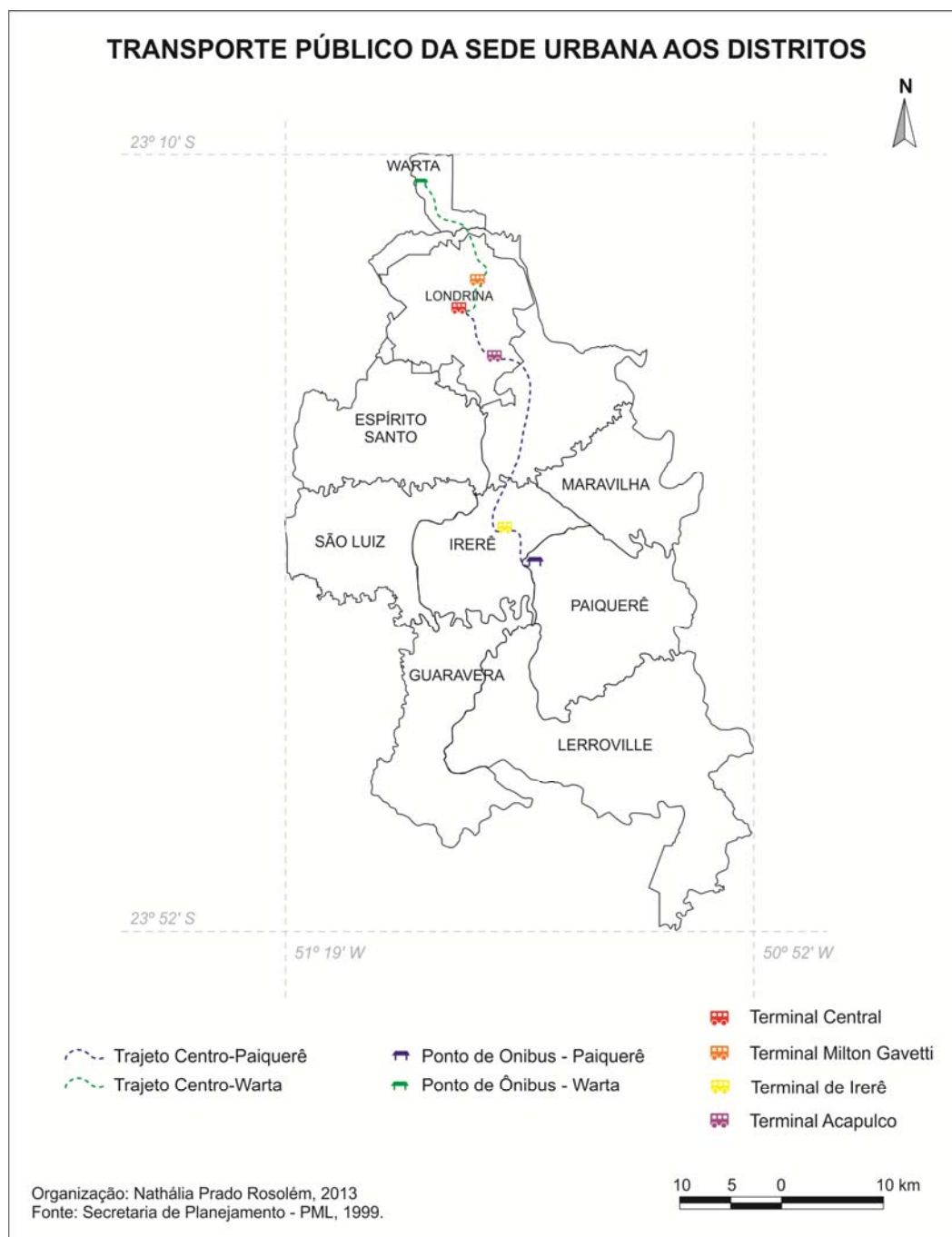
Após toda a discussão realizada a cerca da diferenciação espacial que ocorre entre os dois Distritos podemos tentar construir uma discussão sobre as seletividades espaciais de Warta e Paiquerê e como se dá suas densidades em cada um dos casos.

3.3 SELETIVIDADES ESPACIAIS E DENSIDADES DOS DISTRITOS DE PAIQUERÊ E WARTA

Após a discussão dos processos históricos de ocupação de cada dos Distritos analisados, buscam-se entender quais são densidades espaciais em cada um deles e como elas são importantes para a seletividade espacial e suas respectivas práticas espaciais.

Um critério de suma importância para as práticas espaciais dos Distritos é, como já dito antes, não só a distância entre a sede municipal e eles, mas também as condições de acesso e os tempos de viagem.

Com uma diferença de 12 km, sendo que Warta está a 23 km da sede municipal e Paiquerê a 35 km, chega-se a ter de diferença 1:00 hora a 1:30 dependendo dos dias e horários escolhidos entre as viagens de cada um. (Mapa 9).

Mapa 9 - Transporte Público da Sede Urbana aos Distritos

Fonte: Secretaria de Planejamento, 1999.

Org.: Nathália Prado Rosolém, 2013.

Os principais fatores são as condições das estradas, uma vez que, Warta está localizada junto a importantes vias que ligam Londrina ao estado de São Paulo e Curitiba, enquanto Paiquerê, chega a ter acessos com pouca ou nenhuma sinalização de trânsito.

Com relação a população total de cada um e suas respectivas densidades demográficas, nota-se que Warta possui praticamente a metade do habitantes de Paiquerê, 1.555 pessoas para 2.995, entretanto, suas densidades demográficas são respectivamente 56,08 hab/km² e 14,13 hab/km², desta forma, Warta é menos populoso, porém, mais povoado que Paiquerê.

Esta densidade demográfica é visível nos trabalhos de campo em que é visto na maioria das vezes um número maior de pessoas em Warta, tanto pedestres quanto em automóveis, mas em Paiquerê esta realidade não acontecia.

Além destas densidades, destacamos as taxas de analfabetismos de cada Distrito, conforme tabela 10, a seguir:

Tabela 10 - Taxa de Analfabetismo por idade (%) (2010)

Idades	Warta	Paiquerê
15 ou mais	11,25	15,76
15 a 19 anos	-	1,75
20 a 24 anos	-	2,17
25 a 29 anos	1,64	2,5
30 a 39 anos	0,87	7,02
40 a 49 anos	8,13	15,31
50 anos e mais	28,06	35,6

Fonte: Perfil de Londrina, 2012.

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Com base na Tabela podemos compreender que a Taxa de Analfabetismo em Paiquerê é muito superior a de Warta, principalmente no que diz respeito a duas faixas de idades, as de 15 a 24 anos, que enquanto Warta consegue erradicar este problema social nesta faixa etária Paiquerê já demonstra alguns percentuais, e também em relação a população de 40 a 49 anos, em que Paiquerê apresenta praticamente o dobro da porcentagem de analfabetismo com relação a população desta faixa etária de Warta.

Em conversa junto a Secretaria Social de Londrina, foi exposto que a população acima dos 30 até seus 49 anos de Paiquerê são as principais que recebem auxílios governamentais como o Bolsa Família, desta forma, conseguimos tecer uma proposta que a população que mais recebe este benefício é que a que apresenta o maior índice de analfabetismo.

Um aspecto interessante que pode ser destacado do Perfil de Londrina (2012) e que possui de certo modo relação com o aspecto anterior é a quantidade de Livros e Periódicos que existem nas Bibliotecas Manoel R. Gavilan de Warta e na Biblioteca Armando R. Castelo de Paiquerê, conforme tabela 11 a seguir:

Tabela 11 - Relação entre as Bibliotecas de Warta e Paiquerê e seus Acervos (2011)

Acervos	Warta	Paiquerê
Quantidade de Livros	5 736	1 751
Quantidade de Periódicos	552	240

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Esta análise se torna muito interessante, pois a Biblioteca de Warta tem mais do triplo de Livros do que a de Paiquerê e mais do dobro de Periódicos.

Conforme os depoimentos de funcionários do Colégio Estadual de Warta, que administra a Biblioteca do Distrito, o principal motivo pela quantidade de Livros são as doações, sendo que, somente nos últimos 2 anos o número de doações particulares e públicas foi de mais de 1.000 unidades, mais da metade da totalidade dos livros de Paiquerê.

Quando indagado sobre a utilização deste material a Entrevista 19 salientou “E Graças a Deus as crianças usam e muito, junto com professores e nas atividades do período vespertino”.

Já no Colégio Estadual de Paiquerê, os acervos encontram-se, segundo a Entrevistada 22, “Deixados de lado pela maioria dos professores, os que usam são somente para aprendizagem de leituras, os outros, estão até empoeirados”.

Com enfoque nas infraestruturas de cada um dos Distritos analisados ressaltamos dois pontos interessantes pertencentes aos estudos mais atuais do Perfil do Município de Londrina 2012, o Consumo de Energia, visto na Tabela 12. E com relação a Prestação do Serviço de Telefonia Fixa, na Tabela 13.

Tabela 12: Número de Consumidores e Consumo de Energia Elétrica (2011)

	Warta	Paiquerê
Nº de Consumidores de Energia	433	568
Nº do Consumo de Energia	872 MWh	851 Mwh

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia.

Na análise conjunta das informações apresentadas em cada uma das Tabelas anteriores (Tabela 12 e Tabela 13) podemos observar mais um ponto de densidade diferente nos Distritos, visto que, mesmo possuindo nº de consumidores de Energia menor que Paiquerê, Warta apresenta um consumo maior, ou seja, se criarmos uma relação podemos ver que Warta apresenta um Consumo de Energia aproximado de 2,0 MWh por Consumidor enquanto cerca de Paiquerê 1,5 MWh por Consumidor.

Tabela 13 - Prestação do Serviço de Telefonia Fixa (2011)

	Warta	Paiquerê
Acessos Fixos em Serviço	419	278
Acessos Individuais em Serviço	399	264

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia.

Nas prestações de serviços de telefonia há continuidade nesta perspectiva, já que, os Acessos Fixos em Serviço em Warta apresenta 141 a mais que Paiquerê, os Acessos Individuais em Serviço, 135 a mais e até mesmo, mais Telefones Públicos.

Em conversa com um dos Entrevistados de Paiquerê houve uma explanação que merece atenção. Um dos usuários da Lan House indagou que: “Conseguimos até que enfim ter internet boa em Paiquerê” (Entrevistado 22). Segundo relatos, apenas a internet de uma das operadoras nacionais obtinham sinal no Distrito até cerca de 3 anos atrás e que somente nos últimos 2 anos houve uma melhora na quantidade de Megabytes transmitidos e com a Lan House a aparelhagem mais adequada, esta situação melhorou.

Com relação a ocupação territorial de cada Distrito levanta-se três critérios de extrema importância, o tamanho do terreno e espaço direcionado para cada uso, a área construída em cada uso e o número de unidades por uso, conforme será visto nas tabelas 14.

Tabela 14 - Área em Terreno (m²), por Uso (2011)

	Warta	%	Paiquerê	%
Sem uso	386.216	58,75	123.301	42,72
Residencial	190.767	29,02	135.185	46,84
Industrial	12.500	1,90	-	-
Comerciais/Serviços	49.508	7,53	13.654	4,73
Esporte/Diversão	803	0,12	-	-
Saúde	3.648	0,55	419	0,15
Ensino	7.297	1,11	9.277	3,21
Templo	6.631	1,01	6.776	2,35
Total	657.370	100	288.612	100

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Pelas informações expostas na Tabela 14, o Distrito de Warta possui maiores área em Terreno em praticamente todos os usos, perdendo somente nas áreas territoriais de Ensino e Templos, entretanto veremos na Tabela, a seguir que as Áreas Construídas nestes Usos superam as de Paiquerê.

Tabela 15 - Área Construída (m²), por Uso (2011)

	Warta	%	Paiquerê	%
Residencial	34.748	71,17	21.490	76,47
Industrial	738	1,51	-	-
Comerciais/Serviços	10.316	21,13	4.590	16,33
Esporte/Diversão	432	0,88	-	-
Saúde	250	0,51	279	0,99
Ensino	1.000	2,05	483	1,72
Templo	1.340	2,74	1.262	4,49
Total	48.824	100	28.104	100

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia.

Conforme visto, o Distrito de Warta possui menos áreas para o uso de Ensino que Paiquerê, já que o primeiro Distrito possui 7.297 m² para os 9.277 m² do segundo Distrito e área inferior também nos Templos, 6.631 m² para 6.776 m² respectivamente.

Mesmo assim, quando analisado as áreas construídas, a quantidade de área usada perde destaque, uma vez que nestes mesmos pontos Warta possui 1.000 m² de áreas construídas para o Ensino em face aos 483 m² construídos para Paiquerê e 1340 m² dedicados aos Templos dos 1.262 de Paiquerê.

Com enfoque ao número de unidades por uso, presente na tabela 16 a seguir, nota-se que a disparidade aumenta ainda mais.

Tabela 16 - Número de Unidades por Uso (2006)

	Warta	%	Paiquerê	%
Sem uso	271	34,65	68	15,74
Residencial	439	56,14	324	75,00
Industrial	1	0,13	-	-
Comerciais/Serviços	59	7,54	32	7,41
Esporte/Diversão	1	0,13	-	-
Saúde	1	0,13	1	0,23
Ensino	2	0,26	2	0,46
Templo	8	1,02	5	1,16
Total	782	100	432	100

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia.

As duas unidades que acreditamos ter maior destaque para este trabalho é o Industrial que está presente em um caso em Warta e mantém-se inexistente em Paiquerê e os Comércio e Serviços que chega praticamente ser o dobro de unidades em um do que no outro.

Estes dois usos em questão são dois setores da economia que contratam um número representativo de pessoas, possibilitando que a pessoa trabalhe no mesmo local que ela habita.

Por fim, dois aspectos que merecem destaque nos dados do Perfil de 2012 do município de Londrina são as utilizações das Terras Agrícolas e as relações de laços dos trabalhadores com a terra, presentes nas tabela 17 e 18.

Tabela 17 - Utilização das Terras por Distrito Administrativo – 2006

		Warta	%	Paiquerê	%
Lavoura Permanente	Estabelecimentos	76	28%	82	16%
	Área (ha)	336	12%	761	6%
Lavoura Temporária	Estabelecimentos	94	35%	157	30%
	Área (ha)	1 938	71%	5 424	45%
Pastagens	Estabelecimentos	36	13%	91	17%
	Área (ha)	241	9%	3 583	30%
Matas e Florestas	Estabelecimentos	43	16%	161	31%
	Área (ha)	173	6%	2 104	18%
Área Irrigada	Estabelecimentos	19	7%	32	6%
	Área (ha)	33	1%	134	1%

Fonte: Londrina (2012).

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia.

Nesta premissa de análise da tabela 16 da utilização das Terras do Distrito, tanto por estabelecimento, quanto por área, vemos o predomínio de Paiquerê sobre Warta, Distrito que apresenta maior dinamismo econômico com as atividades agrícolas.

Em contra partida, com sobre as relações existentes entre os laços dos proprietários dos estabelecimentos com os trabalhadores vemos que a realidade é diferente na tabela 18, a seguir:

Tabela 18: Pessoal Ocupado na Agropecuária por Distrito Administrativo (2006)

Pessoal Ocupado no Campo (Número)	Warta	Paiquerê
Com laço de Parentesco com Produtor	408	550
Sem laço de Parentesco com Produtor	66	260
Total	474	810

Fonte: Perfil de Londrina, 2012.

Org: Marcel Saab Rodrigues Manaia, 2013.

Os dados expostos na Tabela 18 mostram um aspecto muito interessante, pois, mesmo com a grande participação em estabelecimentos e áreas ocupadas em produção agrícola do Município de Paiquerê, a quantidade total de pessoas ocupadas no campo é de apenas 810 indivíduos.

Defende-se que um dos principais motivos apresentados em trabalho de campo e nas entrevistas é que Paiquerê apresenta, como já discutido, predominância ou propriedades maiores e mais mecanizadas do que a de Warta.

Destacando somente a existência ou não de laços de parentesco com produtor, mostra-se a força do trabalho familiar na agricultura de Warta, já que das 474 pessoas que trabalham no campo, 408 apresentam laços, enquanto que em Paiquerê, do total de 810, apenas 550 mantêm relações e 260 não possuem os laços.

Por meio desta premissa, sustenta-se a proposta de que a grande maioria dos trabalhadores agrícolas em Warta são familiares em pequenas propriedades, dando continuidade ao processo de colonização do Distrito, anteriormente já analisado.

Após a análise destes dados de 2006 e 2011 presente no Perfil de Londrina de 2012 acredita-se que um dos principais fatores para as diferenças entre os dois Distritos ocorre principalmente devido às distintas práticas espaciais que os caracterizam desde sua fundação até os dias atuais.

As diferentes maneiras como o homem agiu no processo de organização do espaço fizeram com que Warta possuísse uma maior densidade de circulação de pessoas, informações, dinheiro e até mesmo de produtos, pois como já dito antes, 5% da produção da indústria Odebrecht é direcionada para mercado externo.

A seletividade espacial proporcionou a este Distrito relativa prosperidade econômica que acreditamos ter como principais atributos a facilidade de acesso e circulação, a presença de pequenas propriedades rurais, de uma diversidade industrial e também de um turismo rural apoiado principalmente na gastronomia.

Em contrapartida, em Paiquerê, devido à ausência ou precariedade dos atributos que Warta possui, passa-se por uma seletividade

espacial que acarreta em outro tipo de prática espacial que é a marginalização espacial.

Como exposto no Capítulo 1, conforme Corrêa (1995) esta prática espacial marginaliza o espaço causando diversos impactos e que são presentes em Paiquerê como, o abandono de lugares que anteriormente eram considerados atrativos e a respectiva queda abrupta na quantidade e qualidade dos empregos.

Desta forma, apoiados em Santos e Silveira (2001), os Distritos em questão apresentam uma variação em sua densidade em diferentes aspectos como a acessibilidade, o fluxo, a quantidade e qualidade dos empregos, entre outros.

Se retomarmos as propostas discutidas no Capítulo 1, conforme Santos e Silveira (2001), dos espaços “luminosos, de fluidez e rapidez” em confronto com os espaços “opacos, viscosos e lentos”, em relação ao território nacional os dois Distritos estariam inseridos neste segundo tipo de espaço.

Porém, se analisarmos somente as relações dos dois Distritos com a sede municipal, levanta-se a suposição de que Warta, devido a todos seus atributos, pode ser compreendido como um espaço “luminoso de fluidez e rapidez” enquanto, por outro lado, o Distrito de Paiquerê pode ser visto como um espaço “opaco, viscoso e de lentidão”.

Há de se salientar que desde a criação de Paiquerê até a presente data, não houve, pelo menos nos registros e em conversa com a população local nenhuma iniciativa que buscasse a emancipação do Distrito, entretanto, no caso de Warta, esta realidade é diferente.

Segundo relato dos entrevistados, desde 2011 a Associação dos Moradores do Distrito se reúne para discutir uma possível emancipação do Distrito, o principal motivo apresentado foi o descontentamento com as atitudes tomadas pela sede municipal que não trazem melhoras para Warta.

“Estamos abandonados pelos prefeitos, eles vem aqui, constroem estes projetos de casas, mas não melhora em nada o Distrito”. Entrevistado 37.
“Warta parece que anda para trás, nós tínhamos banco, cartório e subprefeito, agora temos que nos unir e ficar pedindo e pedindo até mesmo para nos ajudar em tudo”. Entrevistado 38.

O presidente da Associação dos Moradores de Warta, José Misael Odebrecht, explicou que já houve uma reunião com o Deputado Federal Nelson Padovani do Partido Social Cristão (PSC) que conforme os relatos apoia a proposta de emancipação.

José Mizael Alear Odebrecht e alguns outros participantes da proposta alegaram que tentaram entrar em contato com alguns políticos londrinenses que fazem parte da Assembleia Legislativa como Luiz Eduardo Cheida do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que também não apoiam a tentativa de emancipação.

Os relatos indicaram que depois dessas ações que poderiam levar a uma proposta de emancipação dos moradores os agentes municipais voltaram a investir no Distrito, reformando alguns espaços públicos como a Quadra de Futebol e a iluminação da Rua Paraná. “Não sei se foi por nossa iniciativa, não sei se foi pela Nova Vila (empreendimento Ville Alto de Warta), mas algumas coisas que pedíamos na prefeitura começaram a melhorar”. Entrevistado 31.

Alguns dos entrevistados, assim como os de Paiquerê também expuseram que assessores de vereadores e de candidatos a prefeito visitaram o Distrito e chegaram a realizar alguns churrascos para seus “braços de campanha”.

“Os braços de campanha, as pessoas que ajudavam o vereador dentro do Distrito, saiam passando de porta em porta, pedindo votos e em alguns casos, até oferecendo ajuda nas compras”. Entrevistado 32.

Foi perguntado a este entrevistado o que ele achava desta atitude a resposta foi: “Tem gente que vive de bolsa família, qualquer coisa que vier a mais ajuda a comprar uma coisinha ou outra, não adianta, o povo gosta de presente”. Entrevistado 32.

Dessa forma, assim como em Paiquerê, em Warta também ocorre esta ação política criminosa de clientelismo político, onde se “compra” o voto por ajuda financeira ou benefícios políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com toda a discussão realizada acerca da diferenciação espacial entre os Distritos de Paiquerê e Warta é possível destacar algumas possíveis considerações sobre cada um destes.

Os dois Distritos sofreram, assim como o próprio município de Londrina, a região do Norte do Paraná e a maior parte do Brasil, com uma enorme perda da população rural, causada principalmente, pela modernização técnica do campo, conforme discutido no decorrer do trabalho.

Estas modificações produtivas e técnicas no campo causaram, além do êxodo rural, uma transformação nas relações de trabalho e na paisagem do campo, o que também é presente em ambos Distritos analisados.

Desta forma, os Distritos até o período dos estudos de Manaia (2009) demonstraram uma sequência de marginalização espacial em Paiquerê e um processo de leve crescimento e melhora na qualidade de vida em Warta.

Com o apoio governamental e projetos como o MINHA CASA MINHA VIDA que construíram mais de 150 novas moradias em Paiquerê e projetam mais de 113 unidades em Warta, esta dinâmica alterou-se por completo.

O Distrito de Paiquerê que apresentava no trabalho de Manaia (2009) condições de abandono e desânimo da população quanto a qualidade de vida e fontes de renda, passou por um projeto de “revitalização”.

A própria execução do projeto MINHA CASA MINHA VIDA fez com que fossem abertos novos comércios que alteraram as dinâmicas populacionais e econômicas do Distrito, o que segundo o relato dos pioneiros, não acontecia desde os anos brandos da década de 90.

Com a nova produção do espaço em Paiquerê, as preocupações da população neste período de 2009 a 2013 mudaram, diminuindo bruscamente as exigências por novos postos de trabalho e aparecendo principalmente a preocupação com a segurança. Assim, defende-se que quando se muda a dinâmica se altera também as solicitações da população.

Estas mudanças foram motivo até para que em 2011 Paiquerê apresentasse suas primeiras propostas de emancipação que não tiveram continuidade e que acreditamos que não chegará a sua conclusão.

Mesmo com estas mudanças, a desigualdade social e os altos índices de pobreza, e infelizmente, miséria ainda são presentes no Distrito, principalmente pela população que ainda se mantêm como os “boias-frias”.

Já em Warta, o dinamismo que existia nos estudos de Manaia (2009) se intensificou com estas casas que ainda estão em Construção. O Distrito passou por um processo de perda populacional que acredita-se que não continuará nos próximos anos com a vinda destas pessoas.

Durante todos os anos de estudos deste Distrito em questão, devido não só este empreendimento imobiliário, mas também do crescimento habitacional e territorial da Zona Norte de Londrina, cada vez mais Warta aparecesse como um futuro Bairro de Londrina.

As condições de vida em Warta não só são melhores, conforme as informações da Secretaria de Assistência Social, como estão em ascensão, com uma nova classe média que desloca-se para o Distrito e também para a população que já habitava lá.

Um ponto crucial para a discussão dos Distritos se faz principalmente com relação as diferenças entre densidades de cada um, uma vez que Warta possui maior densidade demográfica, nº de consumo de energia, acessos individuais a serviços de telefonia, quantidade de livros e taxa de alfabetização, do que Paiquerê.

A proximidade do Distrito de Warta a sede municipal e todos os processos sociais, territoriais e históricos já discutidos são os determinantes para esta maior densidade de pessoas, serviços e dinâmica, que faz com que este Distrito apresente melhores condições de vida com relação a Paiquerê.

Nos trabalhos de Manaia (2009) discutiu-se muito a proposta de que para o entendimento dos Distritos deve-se levar em consideração muito mais seu “conteúdo” do que simplesmente sua forma (rural ou urbano).

Nesta dissertação, mantem-se a proposta, mas acrescenta que além da forma, precisa-se analisar com muito cuidado toda sua seletividade espacial, a dinâmica territorial e ações pública que podem e alteram todo dinamismo e realidade de um espaço, como foi visto em Warta e Paiquerê. ,

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão nº 702).

AFONSO, J. R.; ARAUJO, E. **A capacidade de gasto dos municípios brasileiros**: arrecadação própria e receita disponível. Rio de Janeiro, 2001.

ALVES, A. C. **O contexto institucional e a relação entre executivo e legislativo na criação de municípios no Paraná, 1988 a 1996**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPR, Curitiba, 2006.

BIRKHOLZ, L. B. **Planejamento regional e o planejamento local, relacionamentos e condicionantes**. São Paulo: FAUUSP, 1979.

BORTOLOTTI, J. B. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007. 204p.

BRAGUETO, C. R. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 1996.

BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v. 2, p. 141-199.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: Levar na Devida conta as contradições da Economia Política e da Geografia para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. P., MILANI, C. R. S. (orgs) **Compreendendo a complexidade sócio espacial**. UFBA, 2007.

BREMAEKER, F. E. J. de. Limites à criação de novos municípios: a Emenda Constitucional n. 15. **Revista Administração municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 118-128, 1996.

CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v. 2, p. 71-86.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 1991.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: Pão ou Açúcar). 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 1992.

_____. **Geopolítica da fome** – ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **Geopolítica da fome** – ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CIGOLINI, A. A. **Território e Criação de Municípios no Brasil**: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná. **RA'EGA**: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba: Ed. UFPR, n.5, p.47-66, 2001.

CITADINI, A. R. Municípios inviáveis e controle do déficit público. **Diário**. 24 e 25 nov. 1998, Comércio e Indústria.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave em Geografia. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Trajetória geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 119-146, 2004.

DERATHÉ, R. **Rousseau e a ciência política do seu tempo**. Barcarolla, 2010.

ECO, U. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

FAVERO, E. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. 2004. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2004.

FERREIRA, Y. N. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e seu significado urbano. **Geografia**, Londrina, v.6, n.1, p. 55-65, 1990/1991.

FRESCA, T. M. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v. 2. p. 201-250.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. **Análise da equidade e da eficiência das ações municipais – uma avaliação usando análise de envoltória de dados (DEA)**. IPEA, 2006 (Relatório de Pesquisa, n. 3).

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

IPARDES. **Caderno estatístico do município de Tamarana**. IPARDES, jun 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986. Tradução de: La question agraire: étude sur les tendances de l'agriculture moderne.

KUNHAVALIK, J.P.; ROCHA NETO, B. M. da. Trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, R.C. de; SALLES, J. de O.; KUNHAVALIK, J. P. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p.143-225.

LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, J. L. et al. Distritos do interior do Paraná – análise das variáveis socioeconômicas dos distritos dos Campos Gerais. In: Encontro de Pesquisa VII e Simpósio de Pós-Graduação II, Marechal Candido Rondon, 2009. **Anais**, Palestra.

LUTZENBERGER, J. A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez, 2001.

MANAIA, M. S. R. **A geografia dos Distritos Rurais de Paiquerê e Warta, Londrina-Paraná**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, AGB, n. 19, p 95-112, jul/dez 2002.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n. 23, mar 1991, p. 7-37.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELATTI, C. **O processo de industrialização no campo: um estudo a partir dos distritos de Londrina**. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - UEL, Londrina, 1992.

MENDES, M.; MIRANDA, R.; COSIO, F. B. **Transferências intergovernamentais no Brasil**: diagnóstico e proposta de reforma. Texto para discussão do Senado Federal, nº 40. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD40-MarcosMendes_RogerioBoueri_FernandoB.Cosio.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná, 1935. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v. 2. p. 1-18.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C.; CARDOSO, N. A. Territorialidades em movimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 4, p. 6-13, out./dez.1995.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v. 2. p. 19-70.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n. 21, p. 113-156, jul/dez 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, jun/set 1982.

OLIVEIRA, J. S. de. **Formação sócio-espacial do município de Tamarana-PR**. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PINTO, G. J. **Do sonho a realidade**: Corrego Fundo-MG. Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFB. Uberlândia, 2003

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RACINE, J. B. ; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. **Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia**.

Transcrito de: Geographica Helvetica, 1980, v. 35, n 5.

RIBEIRO, V. L. S. (Coord.). **Conjuntura urbana 2**: criação de novos municípios. Brasília: Secretaria de Política Urbana, 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Pobreza urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Nacional, 1968.

SIQUEIRA, C. G. **Campinas, seus distritos e seus desmembramentos**: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). 2008. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SPÓSITO, E. S. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1994.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TOMIO, F. R. de L. **Instituições, processo decisório e relações Executivo-Legislativo nos estados**: estudo comparativo sobre o processo de criação de municípios após a Constituição de 1988. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2002.

VALVERDE, O. Planalto Meridional do Brasil. In: XVIII Congresso Internacional de Geografia, 1957, Rio de Janeiro. **Guia de excursão**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, n. 3, 1957.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

WHITACKER, A. M. Cidade imaginada, cidade concebida. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo**: relações de contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZMITROWICZ, W; BISCARO, C. **A organização administrativa do município e o orçamento municipal**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1998.